



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Ata número um do ano de 2024, primeira Ordinária e décima quarta do Mandato 2021 – 2025 da Assembleia de Freguesia de Caldelas

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil vinte e quatro, às vinte e uma horas, realizou-se a primeira Sessão Ordinária do ano de 2024, da Assembleia de Freguesia de Caldelas, na Sala Polivalente da Praça do Mercado, nesta Freguesia de Caldelas – Caldas das Taipas, sob a presidência de António Joaquim Azevedo de Oliveira, secretariada por Eduarda Sofia de Oliveira Ferreira e Cláudia Rafaela Ribeiro da Silva, respetivamente primeira e segunda secretárias, esta, em substituição, por pedido de dispensa da segunda secretária Clara Sofia Abreu Barros e com a seguinte -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Ponto um - Leitura e aprovação da ata da 4.ª sessão ordinária de 2023, realizada a 29 de dezembro. -----

Ponto dois - Período reservado à intervenção do Público e destinado ao pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia, sobre assuntos do interesse da Freguesia. -----

Ponto três - Tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia, sem carácter deliberativo. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto quatro - Apreciação da informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões. -----

Ponto cinco - Aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2023; -----

Ponto seis - Primeira revisão orçamental do ano de 2024; -----

Ponto sete - Apreciação do Inventário; -----

Ponto oito - Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de aceitação de Delegação de Competências por parte do Município de Guimarães, na Freguesia de Caldelas, para manutenção de espaços verdes no ano de 2024; -----

Ponto nove - Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de aceitação de Delegação de Competências ou formas de apoio, por parte do Município de Guimarães relativas ao ano de 2024; -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Ponto dez - Apresentação, discussão e votação das condecorações da Freguesia de Caldelas para o ano de 2024;-----

Ponto onze - Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Cemitério; -----

Ponto doze - Apresentação, discussão e votação de proposta de reversão do acordo firmado pela Junta de Freguesia de Caldelas em 1997 relativo ao Caminho do Canto. -----

O Presidente da Mesa deu início à Sessão e cumprimentou os membros da Junta de Freguesia, os Deputados, o público e a comunicação social presente. Declarou aberta a sessão e deu conta da chegada à Mesa dos pedidos de substituição dos deputados José Alexandre Maia de Freitas, José Horácio Silva Nogueira, Clara Sofia Abreu Barros e Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, do Partido Socialista, substituídos nesta sessão, por indicação do Porta-voz, pelos deputados Cláudia Rafaela Ribeiro Silva, Porfírio Silva Martinho, Helena Marina Silva Gomes e Raquel Duarte Alves que, encontrando-se na sala, tomaram lugar na respetiva bancada. -----

De seguida, foi distribuída a lista para registo de presenças. Antes da mesma chegar à Mesa constatou-se a presença dos senhores Deputados: -----

António Joaquim Azevedo de Oliveira, Eduarda Sofia de Oliveira Ferreira, Cláudia Rafaela Ribeiro da Silva, João Manuel Fernandes Silva Ribeiro, Porfírio Silva Martinho, Helena Marina Silva Gomes e Raquel Duarte Alves, pelo PS. Constantino João Quintas Veiga, José Maria Fernandes Ferreira Gomes, Maria da Luz Silva Alves Duarte, Manuel José Araújo Ribeiro e Sónia Cristiana Ferreira Mendes, pelo PSD. O Deputado do Partido Socialista Sérgio Nuno Pereira de Araújo, esteve ausente da Sessão. Da Junta de Freguesia de Caldelas estiveram presentes: Luís Miguel de Freitas Marques Carvalho Soares, José Inácio da Fonseca, António Augusto da Silva Mendes, Rosa Maria Silva de Lima, respetivamente, presidente, secretário, tesoureiro e vogal. -----

Sendo o Edital distribuído previamente, foi solicitada a dispensa da sua leitura, que foi aceite, por unanimidade. -----

Deu-se início à Ordem de Trabalhos da Assembleia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Assembleia de Freguesia de Caldelas****Ponto 1 - Leitura e aprovação da ata da 4.ª sessão ordinária de 2023, realizada a 29 de dezembro. -----**

Sendo a ata facultada previamente, foi solicitada a dispensa da sua leitura, que foi aceite por unanimidade. -----

Aberto o período de inscrições, nenhum senhor Deputado o fez, pelo que a ata foi proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Mesa comunicou que uma vez que a ata aprovada, a respetiva gravação da última reunião da Assembleia de Freguesia seria eliminada, como é habitual.

Ponto 2 - Período reservado à intervenção do Público e destinado ao pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia, sobre assuntos do interesse da Freguesia. -----

O Presidente da Mesa perguntou se alguém do público se queria inscrever. Fizeram-no os cidadãos José Oliveira, Ricardo Mota e Ângelo Manuel Ribeiro de Freitas.

Antes de conceder a palavra aos cidadãos inscritos, o Presidente da Mesa esclareceu os presentes que este ponto da ordem de trabalhos visa, expressamente, que os intervenientes coloquem questões aos deputados da Assembleia de Freguesia e que se, eventualmente, a Junta de Freguesia achar que foi citada nessas intervenções, pode e deve interferir. -----

Dada a palavra ao cidadão José Oliveira, disse que abordaria na sua intervenção quatro pontos: o que considera um foco de sinistralidade, referindo-se à saída da Freguesia para Guimarães; a falta de marcação de passadeiras na vila; as rendas elevadas das habitações na freguesia; e, por último, questiona onde se encontram as trotinetes elétricas que deixaram de se ver na vila. -----

Seguidamente interveio o cidadão Ricardo Mota. Congratulou-se por o Executivo ter ouvido a voz de alguns Taipenses e ter colocada a realização da Assembleia nas redes sociais; questiona o Grupo Parlamentar do PS por só agora colocar a reversão do acordo da Viela do Canto, pois é um assunto falado há muito pelos Taipenses e se o mesmo Grupo Parlamentar sabe se está prevista alguma alteração ao PDM, para aquele local. -----

Finalizada a intervenção o Presidente da Assembleia esclareceu o cidadão que a publicidade a esta Assembleia de Freguesia foi exatamente a mesma das anteriores. --



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Seguiu-se Ângelo Freitas. Disse não ter recebido, por escrito, resposta do Presidente da Junta às questões que colocou na Assembleia anterior, nomeadamente “o retorno do chafariz (...) o assunto (...) da estátua de Camilo (...) sobre o trânsito, já tem alternativas (...) necessidade de criação de bolsas de estacionamento” e ainda sobre a simultaneidade do “Sunset Praça 2023’em Guimarães, agendado consecutivamente em dia de festas da nossa vila”. Com novas questões: o memorial relativo à Capela de Santo António, o Nicho das Alminhas, a cruz em metal. Sobre a requalificação do centro, culpa a Junta de Freguesia das anomalias verificadas pois, a mesma, assumiu-se como Comissão de Acompanhamento. Critica falta de zona de proteção e pontos de luz, nos monumentos da Freguesia. Termina acusando que “os responsáveis de Guimarães queriam: tornar a nossa vila, uma vila fantasma. O desejo para nos virarmos para Guimarães nunca irá acontecer! Nós Taipenses ou aqui, ou para Braga”. -----

O Presidente da Assembleia perguntou aos Deputados e ao Presidente da Junta, se queriam responder aos cidadãos lembrando que se o quisessem fazer, teriam de se inscrever naquela ocasião, conforme consta no Regimento. -----

Em resposta inscreveram-se os Deputados Manuel José Araújo Ribeiro e João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro. -----

Após cumprimentar os presentes o Deputado Manuel José Araújo Ribeiro afirmou: -----

“Realmente este ponto da ordem de trabalhos, refere-se à intervenção do Público nas questões a pôr aos membros da Assembleia de Freguesia, sobre assuntos de interesse para a freguesia. É claro que não podemos isolar os assuntos de interesse da Assembleia de Freguesia, da atividade da Junta de Freguesia. Isto é um todo que não pode ser isolado.

Respondendo à interpelação senhor José Oliveira, aquele cruzamento onde temos as letras a dizer Caldas das Taipas, esse cruzamento aqui há uns anos quando se fez aquelas obras escrevi um artigo para o Reflexo e tive a ocasião de dizer que quando os automóveis que vão a descer têm que parar e é uma fonte natural de acidentes. E muito mais ali que há ali problemas de visibilidade que se tentaram resolver, mas não foram resolvidas completamente.” Diz já ter pedido um relatório, mas que não sabe exatamente quantos acidentes ali se verificaram, mas que “é natural que já tivesse havido muitos acidentes.” -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Relativamente às trotinetes para nós também é um enigma. Não sabemos o quê que aconteceu. Às tantas foi um negócio, não tendo qualquer viabilidade e foi abandonado pelo concessionário. -----

Relativamente às rendas elevadas é um problema nacional, do concelho, das Taipas. A nível do concelho de Guimarães eu não sei se a Junta de Freguesia e o Dr. Luís Soares vai confirmar, mas é uma culpa assumida pelo Senhor Presidente da Câmara, quando em 2015 disse, que na elaboração e na aprovação do PDM para o Concelho ia reduzir as zonas de urbanização do concelho. E agora estamos a sofrer as consequências”. Acrescenta que, agora parece que na revisão do PDM, já vão tentar resolver o problema.

“Relativamente à Viela do Canto e à intervenção do senhor Ricardo Mota, vamos ter hoje aqui uma discussão sobre esse ponto”. Quanto à alteração do PDM disse nada saber sobre o assunto, mas que “nas planificações municipais por vezes temos prendas agradáveis para uns e desagradáveis para outros.” Relativamente à intervenção de Ângelo Freitas, disse que “nós temos mesmo uma sina má, que as obras que se fazem nas Taipas nunca são unânimes. Nunca é uma obra que se diga isto foi bem pensado, bem arquitetado, bem planeado e bem executado, acho que não temos nenhuma.” -----

Terminada a intervenção, seguiu-se o Deputado João Manuel Ribeiro, que após ter cumprimentado os presentes, começou por agradecer o contributo das questões trazidas pelos cidadãos, não só nesta como nas Assembleias anteriores. “Este é o local sempre de portas abertas. Sempre que mais um Taipense se junta a assistir às Assembleias, a participar nas Assembleias, é bem-vindo. E os partidos também têm essa disponibilidade, para receber esses contributos, antes das Assembleias, depois das Assembleias, durante as Assembleias. Porque a democracia faz-se com toda a gente e é assim que deve ser. -----

Começando pelo Senhor José Oliveira essas questões de trânsito são questões que para mim me dizem muito. Em relação à saída para Guimarães, sou mesmo um dos mais críticos dentro do grupo parlamentar, que nunca gostei muito daquele cruzamento e de facto, é um sítio com algum perigo, principalmente para quem não é de cá, para quem não conhece. Infelizmente é um sítio com alguns acidentes. -----

Não é, pelo menos no passado mais recente tive a oportunidade de analisar os relatórios da sinistralidade, e não é dos locais mais críticos das Taipas. (...) mas é sempre



Assembleia de Freguesia de Caldelas

de salientar que em reuniões sobre o trânsito da Câmara Municipal, muito embora seja uma responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, a Junta de Freguesia deve ter isso em mente. -----

Relativamente ao alojamento e à habitação, sabemos que não é um problema das Taipas. É nacional e mesmo fora de portas de Portugal. A Junta de Freguesia tem uma limitação muito grande. Não tem autonomia, diria nenhuma, para intervir nesse aspeto. É algo que nos preocupa a todos, mas no âmbito da Junta de Freguesia é algo com uma incapacidade para se fazer alguma coisa. -----

Relativamente às trotinetas não temos qualquer conhecimento e informação sobre o que se passou. Sei que foi um concurso de exploração do Município, onde se incluía a vila das Taipas, mas não temos qualquer informação. Relativamente à Viela do Canto, do senhor Ricardo Mota, efetivamente vai ser um assunto que vai ser aqui trazido pela Junta de Freguesia. Só agora e ainda bem que só agora. Sei que é um assunto com mais de vinte anos e ainda bem que não foi esquecido. (...) temos a nossa posição que será explicada.

Sobre a alteração do PDM não temos qualquer conhecimento. -----

Relativamente ao senhor Ângelo Freitas, sabemos que a Junta de Freguesia foi a voz de todas as solicitações que lhe chegaram, levando-as ao Município. Mas em vez de haver uma comissão de acompanhamento à obra, devia ter havido uma comissão de acompanhamento ao projeto. Assim podíamos alterar alguma coisa”. -----

Terminadas as intervenções dos Deputados, foi dada a palavra à Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Junta começou a sua intervenção e foi interrompido pelo Presidente da Assembleia, que pediu silêncio ao público, lembrando que apenas poderiam assistir à Assembleia, pois quem se pronunciava eram os Deputados e a Junta de Freguesia. -----

Retomada a palavra pelo Presidente da Junta, disse que devido ao pouco tempo disponível seria o mais sintético possível e, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que relativamente à questão das trotinetes elétricas, se tratava, de uma concessão da Câmara Municipal de Guimarães, sem qualquer custo para o erário público e que desde o início teve muitas dúvidas quanto ao seu funcionamento. “Aliás, se se recordam, a Junta de Freguesia foi surpreendida um dia com a instalação das trotinetes. Não que nós sejamos

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

contra, pelo contrário. A forma como foi montado o contrato de concessão, foi uma forma que retirou a possibilidade à empresa, de retirar a parte correspondente àquilo que é o lucro e que faz mover a própria empresa. (...) Não tenho conhecimento que a Câmara vá lançar novo procedimento concursal para a instalação desses equipamentos, aqui na freguesia. Também vos quero dizer que não sei se a nossa Freguesia, depois da obra do centro, foi muito preparada a pensar nessa mobilidade. -----

Relativamente à questão da habitação. Sobre essa matéria nós temos sido muito claros e coerentes. Coerência é uma coisa que para mim, também, é condição. Primeira nota: Nos últimos dez anos, de acordo com os últimos Censos, a freguesia de Caldelas foi a única freguesia cujo habitação em número de pessoas subiu, no concelho de Guimarães. Foi a única. -----

Daí que, quando, muitas vezes, são questionadas, e bem, as decisões da Câmara Municipal, no que concerne ao licenciamento de determinadas habitações, normalmente habitações coletivas, e eu tenho procurado sensibilizar todos que o nosso olhar deve ser um olhar exigente, no que concerne ao cumprimento do que são os planos diretores municipais e a localização de cada um dos empreendimentos. Mas sem que esse olhar exigente tolde a necessidade de nós termos acesso a habitações, que permitam que o mercado também funcione. Eu não sou dos que defende que o mercado por si só resolve os problemas. Mas a verdade é que se não houver casas em quantidade suficiente acontece aquilo que hoje temos na nossa vila, que é a especulação no que concerne ao preço. Este não é um problema só das Taipas mas, obviamente, a Taipas é um sítio que nos diz mais. Mas eu quero-vos dizer que desde que assegurado aquilo que é o plano diretos municipal, eu fico satisfeito com a construção de novas habitações na nossa freguesia.” -----

Interrompido pelo Presidente da Assembleia, dizendo que o seu tempo tinha terminado, o Presidente da Junta questionou o tempo atribuído, lamentando que o tempo disponível para as respostas, fosse o mesmo que foi dado a cada pergunta e não o somatório dos tempos. O Presidente da Assembleia disse que era o que estava no Regimento, o que foi colocado em dúvida pelo Presidente da Junta que, no entanto, acatou a observação da Mesa e terminou a sua intervenção. O Presidente da Junta reivindicou mais tempo para responder às questões apresentadas pelos cidadãos, pelo que o senhor Presidente da Mesa explicou que, os tempos estipulados para as intervenções são

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

definidos tendo em consideração o Regimento. O Presidente da Junta lamentou que assim fosse, pois não poderia dar as respostas a que as pessoas tinham direito. -----

Ponto 3 - Tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia, sem carácter deliberativo. -----

Aberto o período de inscrições pelo Presidente da Mesa, inscreveram-se os senhores Deputados Eduarda Sofia Oliveira Ferreira, José Maria Fernandes Ferreira Gomes e João Manuel Fernandes Silva Ribeiro. -----

Concedida a palavra ao Deputado José Maria Gomes e quando este já se encontrava a iniciar a sua intervenção, o Deputado Manuel Ribeiro chamou a atenção ao Presidente da Assembleia que, se fosse um Deputado do PSD a intervir em primeiro lugar, falariam dois seguidos do PS. Foi ratificado o erro e dada a palavra à Deputada Eduarda Sofia Ferreira que proferiu a sua intervenção, que, no final, forneceu à Mesa. -----

Depois de cumprimentar todos os presentes disse que a sua intervenção tinha sido preparada pelo Deputado José Agnelo Pires que por motivo de força maior não podia estar presente. Continuou dizendo que “Aproveitando o momento antes da ordem do dia, o Partido Socialista gostaria de congratular, pelo seu desempenho e iniciativa, as seguintes instituições/ personalidades: -----

O Taipense Pedro Vieira pela sua participação como um dos oradores na Web Summit Qatar, evento internacional anual de grande relevância, realizado em finais de fevereiro de 2024; o prémio FreePass Guimarães que, na categoria de concerto, foi atribuído ao espetáculo Post-Mortem Experience – Zé Pinhal. Este espetáculo esteve inserido na programação dos Banhos Velhos 2023 tendo tido um recorde de adesão; o Taipense Sérgio Araújo, ex-Presidente desta Assembleia de Freguesia, pela sua eleição para os tribunais da F. I. A. (Federação Internacional de Automobilismo); á Associação Desportiva Judo para todos pela realização de um torneio de judo envolvendo atletas entre os 4 e os 14 anos de idade. Este torneio envolveu, também, a autarquia local (Câmara e Junta de Freguesia de Caldelas), bem como várias associações e clubes do concelho de Guimarães; ao Agrupamento 666 do Corpo Nacional de Escutas que, no âmbito do quadragésimo quinto aniversário, promoveu, entre diversas atividades, uma caminhada solidária a reverter a favor da instituição Porta Solidária; ao Departamento de Educação Inclusiva, do Agrupamento de Escolas das Taipas, que só desde janeiro, dinamizou quatro



Assembleia de Freguesia de Caldelas

atividades que integraram o Plano Nacional das Artes; mais do que congratular, pretendemos também divulgar a iniciativa do grupo Os Molinhas Clube de Rope Skipping das Taipas, que através da realização de diversos eventos nominados por Talent Show, pretende angariar fundos para a participação, merecida, no Campeonato da Europa 2024 da modalidade, a realizar-se na Hungria. O próximo será no dia 12 de maio; pretendemos felicitar as diversas iniciativas que, associações, entidades públicas e simples indivíduos, realizaram para, mais uma vez, lembrar e celebrar o 25 de abril de 1974. Pessoas e entidades das mais diversas idades não têm deixado passar a data. A nosso ver, abril, mais do que lembrado ou comemorado, deve continuar a ser reforçado e continuado; para terminar, e lembrando que neste ponto apenas damos alguns exemplos das diversas iniciativas promovidas na nossa vila (felizmente mais poderíamos acrescentar), gostaríamos de demonstrar o nosso agrado pela publicação da agenda 2024 dos Banhos Velhos que, esperamos nós, juntamente com outras iniciativas (públicas ou particulares), tornem a nossa vila um ponto de aglutinação, um ponto de referência artística e cultural da região.” -----

Terminada a intervenção, seguiu-se o Deputado José Maria Gomes, que, no final, facultou a sua intervenção à Mesa. Cumprimentados os presentes, disse: -----

“Na sequência do compromisso que assumimos com os Taipenses, trazemos aqui os resultados escolares que comprometem seriamente o futuro dos filhos de cada família da Vila, quer seja no emprego, na vida académica ou social. -----

Ouvimos, com frequência, que temos a geração mais bem preparada de sempre, mas duvidamos que assim seja uma vez que, ao longo dos últimos anos, os alunos progridem com duas, três, quatro e mais negativas. -----

Temos revisitado diferentes documentos das atividades da Junta de Freguesia no apoio às escolas. Verificamos um apoio avulso, sem obedecer a qualquer tipo de planeamento, com enquadramento no projeto educativo do Agrupamento. -----

Assemelham-se a atividades folclóricas e panfletárias, que retiram tempo de aprendizagem nas respetivas disciplinas e desviam o enfoque educativo, para fora da escola, com prejuízo para este importante elevador social. -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Esta preocupação já foi aqui abordada em sessões anteriores, aquando da atribuição da Medalha de Mérito. Nessa altura, o senhor Presidente referiu algum registo e alguma atenção para posterior pronúncia. -----

Ora, o sucesso escolar dos alunos das Taipas, particularmente até ao 9.º ano de escolaridade, aparece sempre abaixo da média do concelho. -----

Qualquer Taipense atento tem dificuldade em compreender esta situação uma vez que não somos um território do interior ou semiurbano. Temos apoios semelhantes a outras instituições escolares, temos encarregados de educação motivados e interessados no sucesso escolar dos educandos e com professores de excelência é caso para perguntar. Por que continuamos nos últimos lugares do concelho? -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia tinha e tem a obrigação de saber os motivos e as causas do insucesso escolar porque tem na sua equipa responsáveis diretos por esta situação, nomeadamente o sr. secretário da Junta. O secretário da Junta é um dos responsáveis, há 24 anos, pela avaliação dos professores e pela avaliação interna das escolas. Neste sentido, tinha e tem obrigação de explicar ao presidente da Junta, aos Taipenses e a esta Assembleia, a razão de tanto insucesso escolar. -----

É bom lembrar que os responsáveis têm uma redução considerável da componente letiva, no seu horário de trabalho, para identificar pontos de melhoria e planos de ação no sentido de elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem. As avaliações existem para monitorar e avaliar o desempenho académico dos alunos em relação aos objetivos educacionais e metas de aprendizagem. -----

Não temos dúvidas que existem relatórios. Mas, se os resultados continuam abaixo da média do concelho, alguma coisa está mal e teria que mudar. -----

Desconfiamos que os fracos resultados escolares apenas sirvam alguns explicadores que, em vez de apoiarem os alunos na escola, fazem-no em casa retirando daí contrapartidas financeiras chorudas. -----

No quinto centenário do nascimento de Luís de Camões, que sem margem para dúvidas é o expoente máximo da história da literatura e da língua portuguesa, nada melhor que denunciar os fracos resultados escolares, de uma forma particular, na Vila das Taipas.

O sr. presidente da Junta é reflexo dos maus resultados escolares. Deu nota disso quando se refugiou na figura do Velho do Restelo, uma das pessoas mais sábias e mais



Assembleia de Freguesia de Caldelas

importantes dos Lusíadas e de toda a história portuguesa, quando perguntamos pelo cumprimento das promessas efetuadas: (casa mortuária; rotunda da rabata; os lugares de estacionamento; aquisição da casa da quinta do canto e por aí adiante. -----

O senhor presidente da Junta, em vez de explicar porque não cumpriu as promessas que fez, preferiu invocar Camões, deturpar o que foi, de facto, escrito, legitimando a falta de conhecimento e, porque não, o insucesso escolar que existe. -----

A este propósito, vou citar um excelente historiador contemporâneo e outros entendidos nesta matéria que escreveram: *é penoso ver a estupidez com que se refere o 'Velho do Restelo' como insulto, quando ele é uma das personagens mais sábias d'Os Lusíadas, e de toda a história portuguesa (...) não admira que admirem a "Fama e Glória soberana, /Nomes com quem se o povo néscio engana! (...) Há pessoas que conhecem a expressão 'Velhos do Restelo', mas não sabem o que ela significa. O Velho do Restelo representa a voz da razão num momento de euforia e deslumbramento, a voz da experiência perante a irreverência... os seus conselhos acabaram por se revelar proféticos, pois a prosperidade das descobertas cedo se revelou fugaz, seguindo-se a decadência económica e territorial, que acabou na perda da independência.* Fim de citação. -----

Para que esta Assembleia não revele desconhecimento, dê valor ao sucesso escolar, ao conhecimento, e não deturpe o que se escreve, neste quinto centenário do nascimento de Luís de Camões, gostava de deixar aqui as primeiras quatro oitavas do Canto IV d'Os Lusíadas, relativamente ao episódio do Velho do Restelo. Não o vou fazer por falta de tempo. -----

Não compreendemos como se invoca abusivamente Camões e os Lusíadas e, facilmente, se ignora o insucesso escolar, a desgraça da escola pública e da justiça que copiou o caos e a degradação dos serviços saúde ou a desgraçada incompetência das lideranças políticas que continuam numa toada propagandística ilusória enquanto se avolumam os problemas sociais e o empobrecimento do povo. -----

Nestes 50 anos de democracia, será que esqueceram o poeta de abril que cantarolava. *Só há liberdade a sério...quando houver... A paz, o pão, habitação, saúde, educação?* -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

O Sr. presidente confundiu a retórica e a propaganda com a realidade e prestou um mau serviço ao conhecimento, a propósito da história do velho do Restelo. Mas, enquanto vimaranense, espero que não confunda e que saiba a verdadeira história, da escultura do guerreiro de duas caras que simboliza a cidade de Guimarães, na conquista de Ceuta. As tropas de Guimarães dividiram-se pelas duas frentes, isto é, ‘duas caras’, conseguindo evitar que o inimigo recuperasse o domínio da cidade de Ceuta. -----

Se quiséssemos imitar a negatividade e mau gosto do Sr. Presidente da Junta, quando referiu e deturpou o que foi escrito no Canto IV d’Os Lusíadas, invocávamos as duas ‘caras para simbolizar o comportamento do seu “grupo de amigos” que o empurraram para fora da ribalta política. Obrigado!” -----

Foi a vez de intervir o senhor Deputado João Manuel Ribeiro, que facultou à Mesa o seguinte discurso. -----

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e restante mesa, -----

Senhor Presidente da Junta e demais executivo, -----

Senhoras e senhores deputados, -----

Estimados taipenses -----

Celebramos os 50 anos do 25 de abril de 1974. -----

Do regime autoritário, da guerra colonial, da tortura aos olhos da PIDE, da pobreza e do culto ao líder sob os lemas *Deus, Pátria, Família e Tudo pela Nação, nada contra a nação*, abriram-se portas à transição para a democracia e às conquistas que se verificaram na paz, no pão, na habitação, na saúde e na educação. -----

Os direitos e garantias individuais dos cidadãos, apesar de previstos na Constituição do Estado Novo de 1933, designadamente a liberdade de expressão, reunião e associação, eram antes de abril de 74 regulados por *leis especiais*, reafirmando assim o estatuto de um estado autoritário, onde a *opinião pública* era considerada um *elemento fundamental da política e administração do país, incumbindo ao Estado defendê-la*, conforme o artigo 20º dessa mesma constituição. -----

Com o 25 de abril de 1974, os cidadãos mobilizaram-se em comunidade, juntos construíram e conquistaram muito, fortalecendo a igualdade, a equidade, a fraternidade. O sonho deu lugar ao desenvolvimento e às conquistas. -----

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

O artigo 46º da nova Constituição da República Portuguesa de 1976, definiu, entre outros direitos, a *Liberdade de associação* onde os cidadãos passaram a ter o direito de *livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações*” e onde estas *“prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas.*

Na vila das Taipas, o movimento associativo teve um novo ímpeto após 1974. Partindo da transformação muito significativa que se verificou nas mais antigas instituições como Banda Musical, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, Clube Caçadores das Taipas e mesmo o Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa, depois de abril de 1974 fundou-se o CART, o Agrupamento de Escuteiros, o Clube de Ténis, o Clube de Ténis de Mesa, o Clube de Petanca, o Moto Clube, o Clube de Rope Skipping, o Núcleo de Atletismo das Taipas, o Grupo de Percussão Taibombar, a Escola de Judo para Todos, entre outras. -----

Abril permitiu-me crescer e poder escolher desde muito cedo uma atividade desportiva na minha freguesia. Optei pelo hóquei em patins, numa instituição criada pela comunidade taipense pouco depois de abril de 74, o CART. Neste clube tenho a agradecer a várias pessoas com quem me cruzei e que voluntariamente contribuíram para a minha formação enquanto atleta e cidadão. -----

Este é um bom exemplo do comunitarismo que permite a que hoje se considere normal que haja todo o tipo de desportos e para todo o tipo de idades, principalmente para os mais pequenos, mas que envolve muita disponibilidade dos que dedicam o seu tempo para os outros. -----

Num outro movimento da freguesia o Agrupamento de Escuteiros, reforcei o sentimento de liberdade pessoal, mas também o da responsabilidade pelo outro. Porque foi com voluntários dirigentes que aprendi e foi mais tarde como dirigente voluntário que partilhei o meu tempo com os outros, num expoente máximo mais uma vez do comunitarismo, mas também do altruísmo. Os escuteiros são também um bom exemplo da passagem de testemunho do sentimento de comunidade. -----

Mais tarde no Clube Caçadores das Taipas tive uma outra experiência de vida. A de ser dirigente, a de estar numa direção. Aprendi que é possível fazer muito com pouco, e onde cada ajuda é bem vinda e cada um conta efetivamente numa instituição que desperta também o sentimento de comunidade e onde podemos atingir objetivos



Assembleia de Freguesia de Caldelas

coletivos. Mas também compreendi que apesar de todo o esforço, que apesar de toda a dedicação e resultados o que se exige é sempre mais, muitas vezes demais a quem tem a responsabilidade voluntária de olhar pelos outros. -----

A passagem pelo CART, pelo CNE e pelo CCT moldou a minha vida e muito do que sou hoje. Nelas aprendi o que é o tempo. Aquele que não é comercializável. O que damos sem qualquer remuneração. -----

Sei bem que é sempre mais fácil criticar e derrubar do que construir. -----

E a crítica muitas das vezes vem de quem pouco ajuda ou nunca tem tempo para dar aos outros. -----

Por isso eu sou daqueles que estão disponíveis a lutar lado a lado com os que já lutam, estou disponível a ajudar a somar e não dividir. -----

Seja com as associações, com as escolas, na comissão de festas, na Assembleia de Freguesia, com a Junta de Freguesia. -----

Comunidades fortes, fazem-se pela igualdade de oportunidades, mas também pela participação coletiva. Há a liberdade de participar, mas também há a responsabilidade de contribuir para a comunidade. -----

Por isso nesta intervenção quero agradecer a todos os que contribuem com o seu tempo para os outros. A todos os que trabalham em comunidade para a comunidade. ---

Aos que criticam por criticar. Que normalmente são também os que não têm tempo. E aos que embarcam no populismo, convido-os a participar nos diversos projetos comunitários da Junta de Freguesia, ou nas diversas Associações da Vila. Convido-os a construir e não a destruir. Há sempre espaço para quem quer ajudar. -----

Não vivi o 25 de abril de 1974, mas vivi ao 25 de abril de 2024. 50 anos depois do *dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio* como escreveu Sophia de Mello Breyner assisti às comemorações dos 50 anos do 25 de abril em Lisboa. -----

Foi com o meu pai, mas também com o meu filho que descii a Avenida da Liberdade em conjunto com milhares de outros cidadãos. -----

A liberdade é um direito que deve ser festejado, mas também é um dever: o dever da memória deve estar sempre presente em cada um de nós. -----

Não podemos nunca esquecer abril e tudo o que ele representa para nós enquanto cidadãos, para nós enquanto comunidade. 25 de abril sempre!" -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

O Presidente da Assembleia, antes de conceder a palavra ao Presidente da Junta, focou o tema dos tempos de intervenção que constam do Regimento. O Presidente da Junta concorda, mas diz que relativamente ao tempo que lhe é destinado para responder às questões colocadas pelos cidadãos, voltou a dizer que é escasso. Se há três cidadãos com três minutos de intervenção para cada um deles, o Presidente da Junta terá muita dificuldade em responder em três minutos a todas as questões. Frisou que fará o melhor que puder e que está disponível para prestar todos os esclarecimentos em qualquer lugar, nomeadamente nas reuniões públicas mensais de Junta, mas que o tempo que lhe é destinado não é suficiente. O Presidente da Assembleia disse do tempo contemplado pelo Regimento e que, eventualmente, teremos de ser mais rigorosos com as intervenções dos cidadãos pois, estes, no tempo que lhes é concedido para colocar questões aos Deputados e aos quais a Junta de Freguesia poderá responder também, se assim o entender, antes de colocar as questões fazem preâmbulos extensos e eventualmente aí é que estará o erro. Diz que, se a Assembleia assim entender, podem rever os tempos numa revisão ao Regimento. -----

O Presidente da Junta de Freguesia, usou da palavra para responder às intervenções anteriores, prometendo ser breve, mas tentando responder a todas as questões. -----

“Começando pela intervenção da senhora Deputada Eduarda, dizer que corroboro e agradeço o trabalho que, exaustivamente, o Partido Socialista tem vindo a fazer de recordar as coisas positivas que se vão passando na vila. (...) É um exercício recordatório porque há uma tendência natural para que as pessoas se fixem naquilo que de menos bom acontece. Também é importante, se não olharmos para as coisas negativas não podemos evoluir, mas também é importante que não confundamos a árvore com a floresta (...) que nos faz mal, (...) mas também gosto de olhar para as coisas positivas.

Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado José Maria, o tema é requentado, eu na última Assembleia já aqui o disse, não vou voltar às questões das citações dos Lusíadas. O historiador que citou, e que eu não conheço, é ele próprio um velho do Restelo. Tem muito estilo português de diminuir tudo aquilo que nós fazemos. Eu nunca entrarei nesse registo, não acho que as descobertas tenham sido, um gesto (...)



Assembleia de Freguesia de Caldelas

pelo contrário, foi um gesto das descobertas que deu novos mundos ao mundo e eu tenho muito orgulho que tenham sido os Portugueses a fazer isso. -----

Quanto à questão de fundo, há um aspeto que eu confesso que, já tínhamos falado (...) é um aspeto mais global sobre a interpretação do que é a Escola. Não concordo. A minha visão sobre a escola é completamente diferente. Não acho que as iniciativas que a Junta de Freguesia promove de sensibilização ambiental e que fazem com que os alunos saiam da escola, sejam panfletárias e folclóricas. Não acho mesmo nada. Acho que faz parte do percurso pedagógico, que os alunos saiam da escola e possam aprender, fora do contexto da sala de aula. Esta é a visão que os grandes pedagogos atualmente vão defendendo e (...) se estivessem mal é um tempo que nós não queremos que volte para trás. -----

Relativamente à questão que o senhor Deputado João Ribeiro aqui nos trouxe, dizer o seguinte e até voltando à intervenção que fez no primeiro ponto. Aqui não há cidadãos bons e maus, não gosto de dividir as pessoas nos bons e nos maus. Aliás o conceito do bem e do mal é um conceito muito canónico. Aliás como o conceito de culpa, de procurar de quem é culpa, como se a procura da culpa nos absolvesse do que quer que fosse. -----

Eu procuro encontrar justificações para os incondecimentos e explicá-los, mas sobretudo encontrar caminhos e soluções para os conseguintes. -----

A intervenção que o Deputado João Ribeiro trouxe é uma intervenção que nos situa, precisamente, naquilo que deve ser a conduta individual de cada um, de passar das palavras aos atos e participar e procurar seja na participação política e partidária ou não (...) não me veja a dizer mal da participação partidária, quando estamos na ribalta (...).

Há várias formas de fazermos cidadania. Seja num movimento de associativismo, como disse o João Ribeiro, que é um bom exemplo, como temos outros. O Dr. Manuel Ribeiro, é uma pessoa que participa há anos na vida da nossa terra, há muitos anos e com esse contributo também vai ajudando a crescer as instituições, portanto isso é muito positivo. -----

A Junta de Freguesia ocupa uma parte pequena daquilo que é a vida da comunidade. Todos nós compreendemos que a Junta de Freguesia tem o seu papel, mas as instituições extravasam muito daquilo que é o seu papel. Esse papel de participação. E



Assembleia de Freguesia de Caldelas

nós nunca (...) ao trabalho das instituições. Pelo contrário. Não nos queremos apropriar, nem queremos que as instituições deixem de cumprir o seu papel. -----

Nós fazemos sempre para que possa haver cooperação, para que as instituições possam progredir, seja nas Associações de Pais seja no que for, mas no que concerne à participação dos partidos, se há algum Executivo, digo isto com vaidade mesmo, não é de outra forma. Se há alguém que tem procurado fazer um caminho conjunto, de envolvimento de todos os partidos mesmo aqueles que não tenham assento na Assembleia de Freguesia, é o Partido Socialista. Todos os anos ao abrigo do Estatuto da Oposição que publicamos porque somos obrigados, pedimos, publicamos e convidamos, todos os partidos, mesmo aqueles que não foram eleitos, a dar contributos para o plano de atividades. Não éramos obrigados a fazê-lo. Eramos obrigados relativamente ao PSD, mas fazemo-lo relativamente a todos. Temos procurado fazer (...) a consensualização de assuntos que nós consideramos que são essenciais para o desenvolvimento ou até à operacionalidade do dia a dia. Vamos discutir o Regulamento do Cemitério, vamos discutir a Viela do Canto e fazemo-lo porque entendemos que é o nosso dever partilhar a responsabilidade, mesmo quando ela é única e exclusivamente da Junta de Freguesia. Essa é a nossa forma de estar e achamos que é assim que se valoriza a democracia. E por último, vou terminar, para dizer: o João Ribeiro falou de vários projetos comunitários que nós temos, que estão abertos à participação de todos. O Taipas a Florir, o Espaço de Convívio Sénior. Eu verifico com agrado, quando vejo membros do PSD a acederem aos convites da Junta de Freguesia para participarem ativamente na vida da nossa comunidade. Porque é assim que deve ser, não só pela circunstância de nós estarmos agora na ribalta, no poder, que devemos estar presentes e quando vamos para a oposição esquecemos de tudo. Não. Fico satisfeito quando vejo os membros a participar. Por isso é que valorizo sempre o envio do convite e a participação na democracia. Portanto quanto a isso quero agradecer a intervenção do João Ribeiro, a situar-se naquilo que deve ser a participação plural e democrática, porque 25 de abril nos trouxe” -----

Terminada a intervenção, o Presidente da Mesa perguntou se algum dos Deputados queria contrainterrogar. Inscreveu-se o Deputado José Maria Gomes, que disse, após cumprimentar os presentes: -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

“O senhor Presidente da Junta (...) moderno (...) eu não sei quem são, eu tenho aqui (...) não inventei, certo, (...) temos visões diferentes do trabalho (...) da sociedade, da vida e da forma. Nós entendemos a política como um serviço à comunidade. Foi assim que fizemos e é assim que entendemos. O senhor Presidente da Junta vive da retórica. (...) Eu vivo a realidade, da prática. Eu vivo da palavra e do compromisso e foi sempre assim. Em todas, em quase todas as associações, que o João falou aqui eu pertenci a quase todas. Eu não sou daqui das Taipas (...) noutros locais, mas foi sempre assim. Eu falei nos resultados escolares porque mais uma vez uma das pessoas, Taipense, perguntou-me em relação a isso. Eu disse não é na Junta, não é na Assembleia, deve ser na escola. O senhor deve fazer essa pergunta na escola porque há uma direção, uma gestão, uma administração, que são pagos para responder a esse tipo de questões. -----

Agora é evidente que o senhor Presidente da Junta tem de ter uma visão muito privilegiada. Tem de ter. Porque em primeiro lugar a autarquia tem assento no Conselho Geral e depois tem um Secretário da Junta que lhe pode dar todas as informações. Se entender não é. Para isso é que é secretário da Junta. O que eu não compreendo, o que eu não compreendo é que por exemplo o Secretário da Junta, que não percebe nada de agricultura e de árvores, mas joga ao faz de conta, para a gente ver, a jogar ao faz de conta, de tesoura na mão a fazer de conta que está a podar, mas tem a responsabilidade concreta de informar o senhor Presidente da Junta relativamente a uma questão que também lhe faz parte. Nós não podemos dissociar as coisas. São os filhos dos Taipenses que estão em causa. E depois uma coisa que eu não gosto, aliás eu não gostei e foi por causa disso que eu trouxe aqui, que eu (...) canto IV dos Lusíadas porque o senhor Presidente da Junta sempre que alguém tem uma ideia diferente, sempre que alguém traz aqui uma reflexão para a Assembleia de Freguesia, sempre que traz alguma coisa... discorda ou lhe pergunta porque é que não cumpriu aquilo que prometeu o senhor Presidente da Junta não deve, aliás como na política, de que é que serve, serve-se da figura do velho do Restelo (...) que afinal de contas (...) ultrapassado. Mas o Velho do Restelo não está ultrapassado. E digo-lhe outra coisa. Eu não conheço nenhum pedagogo, nenhum pedagogo, que diga que é importante tirar os meninos da Escola. Nenhum.”



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Nesta altura o Presidente da Mesa indicou ao Deputado que tinha terminado o seu tempo. Este solicitou mais um tempo para citar um Canto dos Lusíadas e que não diria mais nada, continuou: -----

Ó glória de mandar, ó vã cobiça, desta vaidade a quem chamamos Fama! Ó fraudulento gosto, que se atija uma aura popular, que honra se chama! Que castigo tamanho e que justiça fazes, no peito vão que muito te ama! Que mortes, que perigos, que tormentas, que crueldades neles experimentas! A que novos desastres determinas, de levar estes Reinos e esta gente? Que perigos, que mortes lhe destinas, debaixo dalgum nome preminente? Que promessas de reinos e de minas d'ouro, que lhe farás tão facilmente? Que famas lhe prometerás? Que histórias? Que triunfos? Que palmas, que vitórias? Isto foi o velho do Restelo que disse. -----

Terminada a intervenção o Presidente da Assembleia, dirigindo-se ao Deputado e relativamente à sua discordância, no início da intervenção, quanto ao tempo para contrainterrogar, disse: “Senhor Deputado o artigo 35 número um alínea c): aos membros da Assembleia, é-lhes dado tempo para apresentação de reclamações, recursos, protestos e contraprotostos – que foi o que o senhor fez - limitando-se as intervenções à indicação sucinta do seu objetivo – que foi o que o senhor não fez - e fundamento e por tempo nunca superior a 3 (três) minutos. Não diz que é três minutos. Diz, nunca superior a três minutos.” -----

O Deputado José Maria Gomes, insistiu com o Presidente da Mesa, que deveria ler também a alínea h), ao que o Presidente respondeu que, contrainterrogar, estava nos termos da alínea c) e, deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

Este começou por afirmar que não queria eternizar “esta discussão e não confundir papéis senhor Deputado. O senhor Deputado não está aqui no banco dos professores. (...) Se houver algumas contas a ajustar (...) essa matéria por favor faça noutros sítios, eu posso quando muito ser portador de alguma preocupação que tenha já sei, já falei até com o senhor Diretor sobre esse assunto, mas quero-lhe dizer o seguinte. Da minha parte e porque vivo a escola, porque também tenho duas filhas na Escola, quero dizer-lhe que não estou absolutamente nada preocupado, pelo contrário. Estou muito contente com aquilo que é o trabalho desenvolvido, pelo menos, não vamos generalizar (...) Eu não estou preocupado. Não tenho nota de que os pais estejam preocupados, pelo



Assembleia de Freguesia de Caldelas

contrário. Pontualmente, há aspetos que têm de ser melhorados, mas até nem são aspetos de natureza pedagógica. Há neste momento uma questão que tem vindo a preocupar a Direção da escola e que tenho procurado trabalhar também com a senhora Vereadora e que tem a ver como o pessoal não docente. Não é uma questão que impacta com o ponto de vista pedagógico. Pode impactar na questão da segurança, do acompanhamento porventura com os alunos de necessidades educativas especiais. Mas não é alguma coisa de impacto pedagógico. Não é falta de professores, não é falta de recursos específicos, não é isso. Desse ponto de vista eu estou tranquilo. Passo uma mensagem de confiança e de tranquilidade à comunidade. Agora eu não queria mesmo eternizar, acho que as pessoas já compreenderam, eu respeito. Pedagogos. Quer dizer. Basta ver quais são as orientações gerais, hoje, das escolas. A valorização que se dá às atividades que são extracurriculares. O tempo em que a escola era um instrumento, em que se aprendia a ler, a escrever e a contar, senhor Deputado, é um tempo que passou. -----

Nós temos mesmo que valorizar a capacidade de participação dos alunos em atividades extraescola. Até lhe digo. Muitas das vezes, até porque a Escola é um espaço mais informal, como deve ser, mas eu bato-me porque nem sempre nós conseguirmos planear a saída de alunos da Escola, nos termos em que aquilo que a escola pretende, isto é, incluir as atividades no Plano Anual de Atividades -----

Eu procuro atender aquilo que é a flexibilidade que as escolas devem ter para que determinadas experiências não se percam. Estas experiências são fundamentais. Aliás o que distingue hoje, infelizmente, uma criança que tem oportunidades da que não tem, já não é propriamente o que se passa na escola. É o que se passa fora da Escola. É quando nós pegamos num aluno e o levamos a viajar, quando o levamos a um museu, quando o levamos a participar numa experiência, o que infelizmente ainda muitas Escolas deste País não têm essa oportunidade, porque se calhar também não têm autarquias, como é o caso do Município de Guimarães e a nossa Junta de Freguesia que vai (...) isso e, portanto, se estamos nas antípodas disto, eu tenho pena, nós não temos de estar de acordo. Eu não critico nada, quem tem uma visão diferente (...) visão que aquela é a que melhor”. -----

Terminada a explicação do Presidente da Junta passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Ponto 4 - Apreciação da informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões. -----

O Presidente da Assembleia deu conta dos tempos atribuídos à Junta de Freguesia e às formações partidárias e deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia. Este disse que repartiriam o tempo entre os membros do Executivo, mas que queria aproveitar para prestar alguns esclarecimentos que ficaram por fazer, por uma questão de limitação de tempo no ponto anterior. Disse: -----

“No que concerne às passadeiras que desapareceram, a Junta de Freguesia fez o levantamento de todas as passadeiras. Está já oficiado na Câmara Municipal e temos já a resposta que na próxima adjudicação, o Município vai proceder à repintura de todas as passadeiras. Quero dar-vos conta que neste período foram pintadas as passadeiras da estrada nacional 101 e 310, cujo pedido já tinha sido requerido pela Junta de Freguesia, sete vezes, desde junho de 2023 e foram finalmente pintadas. Não é por falta de atenção ou de diligência nossa, que as coisas não se fazem. -----

Relativamente à questão da alteração PDM daquele espaço, a informação de que a Junta de Freguesia dispõe é que o proprietário do espaço está a elaborar um plano de pormenor, com vista à urbanização deste edifício. A Câmara fez depender a aprovação do que quer que seja de um Plano de Pormenor. Temos de justificar que a Junta de Freguesia trará a este Órgão, ainda informação sobre esta matéria por considerar que é importante. Sem prejuízo disso quero dizer o seguinte. Assumimos aqui, a Junta de Freguesia de trazer – creio que foi na sessão de setembro ou dezembro - a esta Assembleia de Freguesia um esclarecimento relativamente aos processos de obras particulares, em que a Junta de Freguesia fosse demandada. Sempre que instada a dar parecer sobre obras de processos de particulares que dessem entrada na Junta” -----

Esclareceu que apesar do parecer da Junta não ser vinculativo, que a Junta recebeu em fevereiro um ofício da Câmara dando conta de alterações drásticas a esse procedimento, nomeadamente deixam de ser enviados documentos – que no entender do Executivo eram indispensáveis para apreciação e posterior pronúncia. Citou como exemplo a cércea, volumetria, tipologia das habitações. Os pedidos de pronúncia do Executivo passam a limitar-se sobre “constrangimentos à mobilidade de caminhos públicos, situações com histórico conhecimento a nível de inundações ou deslizamento



Assembleia de Freguesia de Caldelas

de terras e ampliação de equipamentos públicos, quando operações urbanísticas confrontem com os mesmos (...) Escolas, equipamentos urbanos, parques infantis, tirando esses três domínios a opinião da Junta de Freguesia deixa de ter pronúncia. Dito isto o compromisso aqui assumido deixa de fazer sentido e a Junta de Freguesia já não faz parecer sobre isso, fazendo apenas sobre estes três pontos.” -----

Depois de pedido esclarecimento e manifestada discordância, por escrito, foi esclarecida a Junta de Freguesia que “essa alteração resulta da necessidade da Câmara Municipal cumprir a lei de proteção de dados e a lei em geral. -----

Relativamente às questões colocadas pelo cidadão Ângelo Freitas, disse que não respondeu ao que “não tinha informação que pudesse dar”. Sobre os três pontos colocados continua a não ter informação, exceto sobre as Bolsas de Estacionamento. “O senhor Presidente da Câmara esteve cá e renovou o compromisso das três obras que tinha assumido connosco: O Parque das Levadas, a Casa Mortuária e requalificação do telhado da Junta de Freguesia”. Incluído nos compromissos as Bolsas de Estacionamento, os terrenos estão cadastrados, a avaliação está feita, sabe-se quem são os proprietários, e “o senhor Presidente assumiu o compromisso de resolver esse projeto. Relativamente às outras questões são questões que colocamos à Câmara Municipal, mas sobre as quais não temos resposta. -----

Uma última nota, para dizer que relativamente à plataforma giratória da entrada na vila, o projeto foi de 2005 e na altura não houve comissão de acompanhamento. Não sei se na altura e embora a responsabilidade fosse da Câmara, fosse da Junta de Freguesia ou da inexistência de comissão de acompanhamento” disse ter sido muito claro e que sem prejuízo da participação de todos “assumo a minha quota de responsabilidade. Mas só assumo a minha quota (...) e dentro daquilo que é a minha competência, até onde posso ir”. Afiançou que tudo tem sido feito e que “o que está ao nosso alcance para tentar corrigir o que não foi corrigido. O que não foi corrigido e pode ser corrigido, podem ter a certeza que nós vamos corrigir.” -----

Seguidamente falou sobre um degrau que existe na Rua de Santo António, que na opinião da Junta não deveria existir, que o problema foi colocado ao projetista e que este sugeriu a circulação, atravessando duas passadeiras existentes e não alterou o projetado. Compreende que num concelho que quer ser amigo do ambiente e apoiar a



Assembleia de Freguesia de Caldelas

mobilidade, aquele degrau não faz sentido. Disse que no final da obra “Se a Junta de Freguesia tiver meios e legalmente for possível resolver. É esse o nosso papel. Apontar os problemas, colocar os problemas. Quando temos resposta positiva eles são resolvidos. Ficámos satisfeitos. Quando não são resolvidos procuramos soluções.” -----

De seguida o Secretário da Junta de Freguesia, José Fonseca, apresentou resumidamente o documento relativo à atividade e situação financeira entre sessões, focando os aspetos essenciais. Disse, depois de cumprimentar todos os presentes, que começaria por falar sobre as iniciativas de Natal, com a participação das crianças; a Vila Natal considerada uma atividade em grande; das, por si consideradas, inúmeras atividades a nível social, focando o Gabinete de Intervenção, a participação dos seniores em várias atividades, do Município, os Passeios Sociais e atividades no domínio da sustentabilidade ambiental. Salientou a atividade que reuniu as duas Escolas, do Pinheiral e Charneca, que foi a Ação Pelos Rios nomeadamente com a apanha de resíduos. -----

Ao nível do associativismo o apoio e a presença às solicitações, dentro das possibilidades da Junta de Freguesia. A terminar enfatizou a “sexta leva de renovação das placas de toponímia”, substituindo as placas muito degradadas. Finalizou dizendo que estavam em preparação as Festas de S. Pedro e as atividades de verão. -----

Terminada a apresentação e abertas as inscrições, os Deputados Maria da Luz Silva Alves Duarte, Sónia Cristiana Ferreira Mendes, Eduarda Sofia Oliveira Ferreira e Constantino João Quintas Veiga, fizeram a sua inscrição. -----

Iniciou a Deputada Sónia Mendes, que pediu a escusa dos cumprimentos da praxe, para poupança de tempo. Disse: -----

“A nossa Vila neste momento atravessa um grande problema de Habitação. Infelizmente o mesmo problema se passa a nível Nacional. Não existem casas para arrendar e as que existem são a preços totalmente incompatíveis com os ordenados que as pessoas recebem. A vida está difícil. Navegando nas agências imobiliárias e também nas redes sociais vemos por exemplo um T1 junto ao Intermarchê por 650€. -----

Dei-me ao trabalho de ligar para a respetiva imobiliária a perguntar mais informações sobre o mesmo. -----

Foi-me dito: cinco rendas adiantadas, recibos de vencimento dos últimos três meses, IRS e fiador. -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Como era Portuguesa esses eram os requisitos, mas se fosse de outra nacionalidade as rendas adiantadas eram de dez, pois não havia residência, não havia IRS, não havia fiador. Como é que isto é possível. Também me disseram que o apartamento já tinha muita procura. Todos sabemos que este não é caso único na nossa vila. -----

Nesse sentido peço à Junta de Freguesia que tome medidas rápidas para combater aquilo que chamamos de subarrendamento ilegal. -----

Senhor Presidente. Há um caso, duas casas aqui na nossa Vila com mais de 10 pessoas num apartamento. Assim 650€ é barato. Assim os senhorios abrem a boca e pedem o que querem, pois, sabem que com esta renda que vão alugar. 200 euros um quarto, 250 euros um quarto até já postaram na internet (...) -----

Isto não é digno de se viver, tanto cidadãos portugueses, como não portugueses, emigram para viver em condições, não a pagar 350 euros por uma sala (...) por um quarto. Peço também à Junta de Freguesia que os cidadãos que vão pedir o atestado de residência, solicito que a Junta de Freguesia só os entregue se os mesmos apresentarem contrato de arrendamento, porque assim estamos a combater o arrendamento ilegal. Também peço que, aquilo que a Junta de Freguesia pede que é (...) isto não seja possível porque as testemunhas não sabem lidar com essas pessoas onde vivem e muitas dessas testemunhas infelizmente são compradas, é verdade, são compradas”. Por dez euros assinam um documento e temos de combater isso. “Eu sei que há muitas Juntas de Freguesia não aceitam testemunhas por causa disso mesmo, do arrendamento ilegal e está a acontecer não é digno, isto é mau, isto é mau para a sociedade. -----

O Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada Maria da Luz Duarte, que teve a seguinte intervenção, conforme documento facultado à Mesa: -----

“Exmo senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhor presidente da Junta e restante executivo, Senhores Deputados, Comunicação Social aqui presente, Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

É com alguma tristeza que exponho algo que aconteceu na nossa freguesia, uma das vilas mais considerada do nosso concelho, como muitos temos orgulho de dizer. ---

Sim, numa das vilas mais considerada do nosso concelho, eu nunca imaginei que em pleno centro da nossa freguesia, mais propriamente na Praça Dr. João Antunes Guimarães, alguém pudesse habitar num barraco... Ainda mais digo, em casa de alguém



Assembleia de Freguesia de Caldelas

que recebe apoios sociais... e o problema ainda piorou quando a pessoa que subalugou o espaço e a pessoa em causa que vivia nesse mesmo espaço, se desentenderam o que levou a que essa pessoa, não tendo onde ficar, ficasse na rua, sem um teto para ficar... -----

Sim, obtive essa informação e presenciei a veracidade da mesma.... Aconselhei o senhor em causa a dirigir-se a Junta, porque todos sabemos que temos uma Educadora Social, habilitada para tratar de tais assuntos. -----

Mas será que temos Educadora Social ou Assistente Social no verdadeiro sentido das palavras, ou o que é que temos? Isto porque depois da pessoa em causa, ter reunido com alguém do executivo, ficou à espera de uma resposta, que obtive através de uma central, de Lisboa, às 19.30h desse mesmo dia, para o levar para Famalicão. -----

Vejam lá como é possível, alguém que pede ajuda porque não tem o que comer nem um teto para dormir, ter que ir para Famalicão dormir, para no dia seguinte voltar as nove horas para reunir com a Educadora Social ... e a essa hora, já ninguém sabia da assistente social... Estávamos nós moradores mais preocupados em resolver o assunto do que propriamente quem é pago para o fazer. -----

Perante esta situação, restou-nos a nós moradores e vizinhos avisar a central de que entre ir a Famalicão levar a pessoa em causa preferíamos pagar uma pensão aqui na freguesia ao lado, pois ficava-nos mais económico visto a pessoa em causa não ter dinheiro nem para viagem até Famalicão nem para comer que fará para pagar uma pensão... é realmente muito triste percebermos que uma pessoa como esta que aqui retrato, que até trabalhava e que ia conseguindo pagar as suas contas, quando é despejado, e diz que não tem um teto para ficar, a nossa freguesia não é capaz de resolver este caso com a brevidade que era necessária. -----

Depois da insistência da nossa parte, resolveu-se este caso indo a pessoa para uma casa de apoio social na zona do Porto. Posto isto, pergunto: -----

-Onde está a nossa área social na freguesia? Será que temos realmente pessoas capazes e com valores para resolver tais problemas?" -----

Seguidamente, tomou a palavra a deputada Eduarda Sofia Ferreira, que proferiu o seguinte discurso, que cedeu à Mesa:

“Boa noite. Ao longo dos meses em apreço, tal como durante o resto do ano, mais do que dar cumprimento às atribuições legalmente previstas, a Junta tem procurado



Assembleia de Freguesia de Caldelas

desenvolver as suas tarefas com dedicação e sentido de serviço público, acreditando que lhe cabe um papel importante no desenvolvimento das Taipas e, sobretudo, na promoção da qualidade de vida dos Taipenses, indo ao encontro dos seus problemas e em busca de respostas para os mesmos, dando continuidade a uma gestão dialogada e participada. ---

A capacidade de realização da Junta de Freguesia plasmada no Relatório de Atividades entre Sessões, com referência às diversas áreas de resposta no seio da comunidade tem, claramente, por base uma linha orientadora de cariz social, inclusiva, cultural, ambiental e potenciadora de valor para a nossa freguesia. -----

Em primeiro lugar enaltecer as iniciativas promovidas na quadra natalícia, que graças a um programa rico foi possível uma adesão vigorosa da comunidade e agradecer o trabalho dedicado e sustentado da Comissão de Festas, que foi capaz de criar sinergias entre a cultura e as tradições. -----

A área social tem sido uma das áreas de maior preocupação e foco deste Executivo. Deste modo, tem recebido, analisado as diversas necessidades e problemáticas da população e trabalhado, em conjunto com as várias instituições de Ação Social, de forma a encontrar respostas eficazes para a comunidade. -----

Para além do apoio confidencial às famílias mais carenciadas e dos passeios sociais, destacamos o apoio e a promoção de atividades tão necessárias e diversificadas para a população sénior. O Espaço de Convívio Sénior tornou-se um espaço ativo, dinâmico, procurado e proporcionador de socialização. As diversas atividades e eventos sociais dinamizados, estimulam a interação e promovem um ambiente acolhedor e amigável, contribuindo para a manutenção da saúde física e mental dos nossos seniores.

Valorizamos a iniciativa da Junta de Freguesia ter acolhido dois estagiários da Escola Secundária das Caldas das Taipas, com o objetivo de ajudarem a desenvolver o projeto da Ecoloja. -----

Queremos expressar o nosso apreço pelo trabalho desenvolvido com as instituições, as associações e as coletividades locais, proporcionando um enriquecimento em áreas tão importantes como a solidariedade, a cultura e o desporto. -----

Este espaço, onde hoje estamos, do Antigo Mercado tem sido um polo aglutinador de iniciativas, exposições, encontros e reuniões. A título de exemplo



Assembleia de Freguesia de Caldelas

destacamos a apresentação do livro dos 130 anos da Escola Básica do Pinheiral, no passado dia 1 de março. -----

O Executivo da Junta tem incentivado a relação participada e de proximidade efetiva com as escolas da vila, através das Direções dos Agrupamentos, das Coordenações das Escolas Básicas e das Associações de Pais, de modo a convergir para uma educação integrada e de qualidade. Tem fomentado a implementação de projetos e de iniciativas educativas específicas, que vão ao encontro de cada escola ou de um projeto mais global para as várias escolas. -----

No âmbito ambiental, a Junta mantém um olhar atento, cuidadoso, sempre com a preocupação de encontrar respostas eficazes e sustentáveis. -----

Embora tenham sido inúmeras as intervenções e as iniciativas nos espaços verdes, destacamos o envolvimento de alunos das Escolas do Pinheiral e da Charneca, no passado dia 15 de março, Dia de Ação pelos Rios, em que os participantes para além de usufruírem de uma caminhada junto das margens do rio Ave, assistiram a uma palestra e participaram numa campanha de limpeza, bem como o envolvimento de crianças na ação de plantação de flores preparada pela Junta de Freguesia. -----

Torna-se imperioso realçar as iniciativas promovidas pela Junta, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em articulação com as instituições e as associações da vila, nomeadamente as escolas, os Bombeiros e os Taibombar, procurando dinamizar iniciativas em diferentes espaços da freguesia. -----

Celebrar abril exige reforçar a identidade, a memória e repensar o futuro. A nós cabe-nos a missão e a responsabilidade de recontar a história às novas gerações. -----

Foi com este ímpeto que no dia em que se comemorou o Dia Mundial da Arte, 15 de abril, assistimos à inauguração da exposição ‘Abril Caminhos de Inclusão’, no espaço da Junta de Freguesia, com trabalhos realizados por artistas/alunos que nos dizem muito, alunos de educação especial, que frequentam o Centro de Apoio à Aprendizagem, do Agrupamento de Escolas das Taipas. -----

No dia 26 de abril o Auditório dos Bombeiros acolheu o espetáculo Fados de Abril, com vozes e músicos que de uma forma sentida cantaram, tocaram e encantaram.



Assembleia de Freguesia de Caldelas

No próximo dia 1 de maio, nos Banhos Velhos, teremos o espetáculo “25 Escudos por um Cravo” e o programa encerrará com um debate, no dia dois de maio na Escola Secundária. -----

Por último, valorizar o modo como tem sido feita a gestão da comunicação institucional e a aposta nas redes sociais, pois é possível afirmar que o objetivo de facilitar e potenciar a comunicação entre os Taipenses e a Junta foi amplamente cumprido, mantendo os cidadãos informados das atividades promovidas, com publicações praticamente diárias. -----

Felicitemos o Executivo da Junta porque de facto tem promovido uma freguesia em que todos são importantes. Cremos que é este o caminho a seguir. Obrigada.” -----

Terminada a intervenção, foi indicado pelo Presidente da Mesa ao Deputado Constantino Veiga, que o tempo restante do PSD era de quinze segundos. O Deputado respondeu: -----

“Pode ficar com eles (...) Quinze segundos não dão para nada. Que vou para ali fazer, se não posso falar?”. -----

Foi dada, então, a palavra ao Presidente da Junta e indicado o tempo de cinco minutos. Disse: -----

“Permitam-me agradecer à senhora Deputada Eduarda Ferreira, o elencar das iniciativas e o destaque que foi dado, não só às iniciativas de natureza cultural, às iniciativas de natureza social e ambiental. Nós temos procurado não só manter as atividades que a Junta de Freguesia tem desenvolvido há alguns anos, muitas delas até iniciativas que já vinham de outros exercícios, mas acrescentar ao nosso calendário iniciativas novas. -----

Há um aspeto que eu gostava de salientar. Já não é a primeira vez que o faço. E já que santos da casa não fazem milagres, fazem-no os de fora. Nós temos sido procurados por muitas organizações externas para a dinamização das nossas iniciativas, em função das condições que temos para a organização de determinados eventos. O ano passado, no âmbito do desporto escolar, as várias iniciativas que foram feitas no âmbito da Praia Seca. O INATEL já nos procurou por causa do polidesportivo -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

E este relatório tem por exemplo uma associação que resulta de um conjunto de alunos da Universidade do Minho que se dedicam essencialmente à defesa do bem-estar animal, que organizaram, também, uma iniciativa neste trimestre. -----

Várias instituições de fora e privadas têm utilizado este espaço onde estamos para a realização das suas reuniões e eventos corporativos. Enfim. Consolida-se a ideia de que a nossa Freguesia é um espaço que tem determinadas características para a realização de eventos de várias naturezas e acho que esse é um aspeto que deve ser salientado. -----

Quanto às questões que nos foram aqui colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente à questão da habitação vamos ser francos uns com os outros. Não é uma matéria que não deixe de nos preocupar, mas todos sabemos que a Junta de Freguesia não tem, do ponto de vista legal nem dos meios, condições específicas para a resolução de um problema que não é só português. É um problema de toda a Europa.” -----

Depois de tecer algumas considerações sobre taxas de juro e políticas financeiras da União, alerta que “é bom ter em conta que há dez anos tínhamos um problema, porque tínhamos a nossa pirâmide demográfica absolutamente invertida. Tínhamos vagas nas escolas e escolas a serem encerradas. Foi também este movimento demográfico externo, que tem contribuído e contribui para a nossa própria competitividade, para termos hoje uma economia mais robusta, (...) uma estabilidade na segurança social e isso tem reflexos nas nossas casas. -----

No que concerne à questão prática que nos foi colocada, duas. (...) Esta é uma matéria que a Junta de Freguesia assume os cidadãos desde que as condições de habitabilidade sejam postas em causa, ou sempre que haja exploração, o que eu peço é que todos nós, não é nenhum dever especial das Juntas de Freguesia, (...) as pessoas nos comuniquem que nós faremos isso. O dever da Junta de Freguesia não é nenhum especial.

Relativamente à questão dos atestados de residência, quero dizer que se o procedimento que nós alteramos, desde o início de 2017, foi que o referencial para a emissão dos atestados fosse a Lei. A Lei é que determina a forma como temos atuado. Se há alguma junta de freguesia que não está a emitir os atestados de residência com a apresentação de um requerimento assinado por duas testemunhas, se quiserem dizer ao senhor Presidente da Junta que está a cometer um erro, avisem. Eu não sei quem é. (..) A



Assembleia de Freguesia de Caldelas

lei determina as condições em que a Junta de Freguesia deve emitir. Vou dizer de memória. O Presidente da Junta ou qualquer membro do Executivo pode instruir uma declaração de residência desde que tenha conhecimento do facto. Se o cidadão apresentar o cartão de cidadão onde conste a morada. Se o cidadão estiver inscrito no recenseamento eleitoral e duas testemunhas. O ilícito se for cometido é cometido pelas duas testemunhas. O procedimento é claro. Exceto se nós soubermos que a declaração dos particulares enferma de manifesta falsidade”.

Avisado pelo Presidente de que o seu tempo tinha expirado, disse que não comentaria como as declarações seriam passadas anteriormente, mas que queria responder à segunda questão. Afiançou “nós cumprimos a Lei.

Quanto à segunda questão que a Deputada Maria da Luz colocou, é uma questão demasiado sensível para ser trazida com a simplicidade que aqui foi trazida. Quanto a essa matéria não compactuo e tenho uma coisa a fazer, que é defender o bom nome da Junta de Freguesia e de quem trabalha na junta de freguesia.”

Terminada a intervenção o Presidente da Assembleia informou ainda que um Deputado também é suficiente como meio de prova.

A Deputada Sónia Mendes pediu a palavra para contrainterrogar o Presidente da Junta. Disse:

“Senhor Presidente, eu como cidadã liguei para a Junta de Freguesia a título privado com um membro de Executivo e expus a situação de uma situação concreta que eu sabia que a declaração era falsa, as testemunhas eram falsas, que a pessoa não era familiar da pessoa que estava lá, a dizer que era filho e a declaração foi passada

Terminada a intervenção o Deputado Constantino Veiga, perguntou se podia intervir, ao que o Presidente da Mesa disse que não, pois não tinha intervindo neste ponto e a figura de contrainterrogar não estava contemplada, pois não interrogou anteriormente. Mais esclareceu que os tempos tinham sido “divididos, a sua Bancada teve outras pessoas a falar, não deu para todos, o senhor não interrogou, não perguntou nada, o senhor Presidente da Junta esclareceu” ao que o Deputado Constantino Veiga disse “senhor Presidente, pode ficar com o tempo” ao que o Presidente da Assembleia disse:



Assembleia de Freguesia de Caldelas

“Senhor Deputado. Eu não vou ficar com tempo nenhum, eu não vou ficar com nada. Eu não estou a tratar mal o senhor (...) certo, senhor Deputado. Eu não o estou a tratar mal a si e o senhor a mim não me dá tempo, nem me dá nada.” -----

Continuou Constantino Veiga: “O senhor Presidente da Assembleia deve de facto, ter uma conduta de forma a que o povo que aqui está presente possa ouvir de quem de direito e de quem de experiência teve durante muitos anos nesta (...) Freguesia” -----

Falando em simultâneo o Deputado e o Presidente da Assembleia, este disse recomendar ao Deputado que o Porta-Voz da Bancada deve estar atento aos tempos, pois inscreveram-se três pessoas e duas esgotaram o tempo e deixaram quinze segundos, a Mesa nada pode fazer. “Agora não me vai dar o tempo a mim que eu não o quero para nada”. -----

Indicado o ponto cinco, o Presidente da Junta chamou a atenção ao Presidente da Mesa que não tinha respondido à Deputada Sónia Medes. Foi-lhe dada a palavra e disse: -----

“A nossa principal atuação é a Lei. A Junta de Freguesia não vai emitir ou deixar de emitir uma declaração porque alguém chega lá e diz que sabe que Fulano de Tal, o nosso referencial é - eu não estou a dizer que é o caso em concreto - há um requerimento que dá entrada nos serviços e que é assinado por duas testemunhas. A Junta de Freguesia tem um conhecimento direto do facto, conhecimento direto de que a declaração é falsa e já aconteceu e não emitimos e a Junta de Freguesia não tem (...) é obrigada nos termos da Lei a emitir. Se entender que há falsificação de assinatura, uma declaração falsa o que deve fazer é enviar aquele requerimento assinado para os Órgãos competentes para fazer a intenção. Agora vai emitir ou deixar de emitir (...) se não mal estamos nós pelo simples facto de alguém ligar a dizer olhe Fulano de Tal não é verdade ou assim, confesso que com todo o respeito que tenho não é assim que a coisa funciona. -----

Relativamente à segunda questão que foi colocada, creio ainda tenho tempo e vou explicar. O procedimento senhora Deputada Maria da Luz, sabe que eu acho muito bem que as pessoas tenham vontade de ajudar. Mas às vezes a vontade de ajudar significa deixar de quem tem a responsabilidade e a competência para fazer o que faz. Eu conheço todo o processo, porque acompanhei, e porque a Técnica fez questão, já depois do horário, de falar comigo. E eu não queria entrar porque nós temos o dever de confidencialidade,



Assembleia de Freguesia de Caldelas

uma das coisas que eu também me cabe fazer. A Ação Social não é a ação que tem visibilidade é a ação no terreno ... a que não se vê é a melhor ação, quando as pessoas não dão por ela é a melhor coisa. Portanto o que aconteceu foi o seguinte: é nós desencadeamos as respostas que é nos termos daquilo que está definido que tem de ser reencaminhado, que aquilo que o Gabinete de Intervenção Social, não é o nosso chegou-nos ao conhecimento através da Maria da Luz a questão, colocamos ao Gabinete de Acompanhamento que tem essa responsabilidade de angariar as respostas, as respostas não é só dia. Damos as respostas àquela pessoa não é só damos a sopa, damos o pão, damos a dormida e a coisa fica resolvida, não. A resposta tem de ser estrutural e a resposta tem de ser sempre estrutural.” -----

Interrompido pelo Presidente da Assembleia que tinha terminado o seu tempo, disse que tinha de dar a resposta “para as pessoas aprenderem ou pelo menos procurarem aprender. A resposta foi dada para a instituição que tinha disponibilidade, naquela altura, e como aqui foi dito, no dia a seguir, não foi por obra e graça do Espírito Santo que a pessoa foi para o Porto e Porto até é mais longe que Famalicão, foi a resposta disponível para aquela pessoa, em Famalicão, naquele dia, porque eu pergunto: Se a pessoa fosse pela boa vontade de quem pagou aquela dormida naquele dia a pessoa ia ter boa vontade para pagar no dia a seguir e no dia depois a seguir e no dia a seguir do dia a seguir? É que as respostas têm de ser estruturais. Agora há uma coisa que eu quero dizer. Não. Não quero dizer mais do que isso. Nós fizemos o que tínhamos de fazer e agradecemos a boa vontade, mas agradecemos que essa boa vontade, não prejudique as respostas que devem ser dadas. -----

Terminada a intervenção um Deputado da Bancada do PSD, tenta intervir. O Presidente da Mesa impede-o argumentando: “Senhor Deputado. Quando se pede um esclarecimento ele é prestado, se nós temos dúvidas desse esclarecimento, no fim da intervenção se precisamos de esclarecimentos pedimos a palavra para esclarecimento. O senhor pediu agora. Vamos a ver senhor Deputado. Quando o senhor Presidente da Junta acaba o esclarecimento que foi solicitado anteriormente à senhora Deputada Sónia, quando ela se inscreveu, o senhor inscrevia-se também.” -----

Perante a insistência da senhora Deputada, continuou a falar, mas perante o que entendeu como uma falta de atenção do Deputado, passou a responder à Deputada Sónia

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

Mendes que questionou se poderia questionar novamente, o que recusou atendendo a que já tinha feita a contra interrogação permitida. -----

De seguida, dirigindo-se ao Porta Voz da Bancada do PSD, lamentando que sendo ele conhecedor do Regimento, queira que o Presidente da Assembleia vá contra o mesmo e contra a Lei, aconselhando que fizessem a revisão do Regimento para agradar aos Deputados. Terminou dizendo “não me peça a mim, que estou aqui como Presidente da Assembleia de Freguesia, que vá contra o Regimento, que vá contra a Lei, para satisfazer as pessoas. Não posso. Agora se o senhor quiser propõe a minha demissão de Presidente da Assembleia e depois pode fazer o que o senhor quiser”. Perante a Deputada Sónia Mendes que sugeriu “vamos avançar senhor Presidente” replicou “não é vamos avançar, vocês colocam as questões, não conhecem o Regimento? Não tenho culpa. Não vou estar aqui a dar aulas todos os dias.” -----

Terminadas as intervenções passou-se ao ponto seguinte. -----

Ponto 5 - Aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2023. -----

Antes de dar a palavra à Junta de Freguesia, o Presidente da Assembleia chamou ainda a atenção dos Deputados por colocarem questões fora dos pontos em discussão. Um Deputado do PSD disse que tinham pouco tempo ao que, uma vez mais, o Presidente disse para fazerem a revisão ao Regimento, considerando mesmo estas questões como falta de maturidade. -----

O senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia apresentou, sucintamente, o documento partilhado atempadamente sobre o Relatório de Atividades e Contas de 2023. O senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia apresentou, sucintamente, o documento partilhado atempadamente sobre o Relatório de Atividades e Contas de 2023, centrando-se mais na parte das contas, salvaguardando que o Relatório está estruturado a nível de receitas e de despesas. Esclareceu que a maior receita é a feira semanal e que o novo Regulamento permitiu fazer um novo sorteio da feira e uma receita superior, de cento e dezoito mil euros. Considera a receita da Feira equilibrado e a ocupação de lugares igualmente, apesar de ainda existirem lugares não esgotados no concurso. Considerou existir “uma Feira justa para quem lá trabalha” atendendo a que não há “ninguém, na Feira Semanal que não tenha os pagamentos em dia”. -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Explicou o funcionamento do processo de caducidade do lugar, que considera moroso, mas que, nesse período, que disse ser de três meses, o Feirante não entra sem liquidar os pagamentos em atraso. Focou afirmações em Assembleias anteriores, de que “para animar mais a Feira os Feirantes deviam entrar sem pagar”, reforçando não ser esse o entendimento do Executivo. -----

Também focou o assunto do Cemitério Paroquial, onde não existiu abertura de concurso para concessões, em vida, pois, existindo alguns estudos contrários a essa possibilidade. -----

Considerou as receitas das rendas da Praça do Mercado e da Praia Seca como muito importantes, citando mesmo os valores da Receita desde a sua abertura, mais de 34 mil euros. Considera a Receitas Correntes muito controladas, assim como as Despesas Correntes. -----

Terminada a intervenção e abertas as inscrições, fizeram-no os senhores Deputados Manuel José Araújo Ribeiro, João Manuel Fernandes Silva Ribeiro e Constantino João Quintas Veiga. -----

O senhor Deputado Manuel Ribeiro disse: -----

“Relativamente ao ponto de gestão da Junta de Freguesia eu começaria pelas despesas correntes porque a despesa de capital é praticamente inexistente. Eu insistia nos trabalhadores que a Junta de Freguesia diz que têm um vínculo laboral com a Junta de freguesia, por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado e diz que são 6 trabalhadores. (...) os números dos gastos são preocupantes e podem por em causa o futuro. -----

Relativamente à feira, também, há aqui alguns elementos de preocupação: cinquenta e seis lugares sem titular atribuído; quarenta e sete lugares a quem são cobrados bilhetes individuais. O relatório diz que a sete feirantes foi iniciado o processo de caducidade do lugar. Isto quer dizer que estes sete registaram três meses de incumprimento. Diz-se que há oito lugares ocupados pela obra particular em curso. A pergunta que eu faço é. De que forma a Freguesia é ressarcida desta ocupação de lugares?”

Focou os valores das receitas da Feira de anos anteriores, comparados com o atual pois, “antes de 2017 era usual passar dos (...). -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Relativamente ao cemitério preocupa-me porque estou convencido que daqui por dez anos não há mais campas disponíveis. Quem estiver no executivo tem de pensar nisto a sério”. -----

Considera que “as despesas de capital são praticamente inexistentes” e que serão executadas em 2024 e 2025 para coincidir com as eleições. Que “gostaria de ter uma relação discriminada das associações e dos valores de apoio a essas associações.” -----

Terminou dizendo serem esses “os pedidos de esclarecimento que se impunham”. -----

Terminada a intervenção foi dada a palavra ao Deputado João Manuel Ribeiro que, no final, forneceu a intervenção para registo. Disse: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e restante mesa, --

Senhor Presidente da Junta e demais executivo, -----

Senhoras e senhores deputados, -----

Estimados Taipenses, -----

Da leitura do relatório de atividades e também do relatório de gestão, verificamos uma Junta de Freguesia capaz, mais próxima do cidadão e que tem um especial cuidado com a área social, ambiental e cultural, com a comunidade escolar e claro, com as associações e instituições da Vila. -----

Praticamente em todas as áreas, aos projetos e iniciativas em curso sob responsabilidade direta da freguesia, do município ou de entidades parceiras, foram adicionados novos projetos e novos desafios. -----

A Junta de Freguesia está assim mais próxima de todos os que dela necessitam, tem uma programação diversificada ao nível cultural, mantém uma periodicidade semanal na atividade desportiva, e dá resposta às solicitações dos seus cidadãos, das suas associações e instituições. -----

A freguesia continua entre as maiores classificações a nível nacional do Programa Eco-Freguesia, desígnio que premeia as práticas ambientais não só da Junta de Freguesia, mas também da sua comunidade. -----

No capítulo do urbanismo, podemos afirmar que a transformação do centro cívico é a maior transformação do espaço público, do espaço urbano, que Caldas das Taipas e os seus habitantes podem ver e usufruir, neste passado recente. -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Seja por questões estéticas, funcionais ou mesmo políticas, podemos identificar quem desde o início “assine de cruz” o projeto, assim como há quem nunca vá concordar com ele. Também conseguimos encontrar aqueles que facilmente mudam de opinião em função dos ventos ou opiniões da praça pública. -----

Também neste aspeto o Partido Socialista está perfeitamente à vontade, pois desde a primeira hora congratulou-se pelo investimento do município e pela renovação há muito desejada pelos taipenses, não deixando de também desde a primeira hora assinalar os constrangimentos e apontando propostas de melhoria. Para os problemas identificados foram propostas soluções. -----

E mesmo no poder político, apesar de haver um projeto e um caderno de encargos a cumprir contratualmente, a Junta de Freguesia não deixou de estar ao lado dos cidadãos, confrontando os técnicos e os políticos do município com os problemas já identificados, e com outros que, entretanto, surgiram, e uma vez mais, apontando as soluções, algumas delas visíveis no terreno. -----

Queremos por isso deixar uma palavra de agradecimento e confiança à Junta de Freguesia pelo trabalho difícil e muitas das vezes não correspondido com soluções no terreno, no acompanhamento desta tão importante empreitada pública. O trabalho que foi realizado não termina com a conclusão da obra pois haverá certamente ainda caminho a fazer, na defesa dos interessantes dos taipenses. -----

Gostaríamos de destacar ainda a resolução de duas problemáticas. A atribuição de lugares na feira e também a colocação de nova iluminação pública nos espaços adjacentes à feira semanal. Mais uma vez a Junta de Freguesia conseguiu soluções para problemas de vários anos. -----

Também salientamos de forma muito particular a atividade desenvolvida pelo Espaço de Convívio Sénior, mas também pelo Gabinete de Intervenção Social no acompanhamento da comunidade sénior, e de todos os que usufruem das suas importantes medidas de promoção do envelhecimento ativo e das medidas de combate à pobreza e exclusão social. -----

E na vertente orçamental há a destacar o saldo orçamental. Para além do “ganhar”, é necessário “poupar”. -----

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

Os euros que passam agora de um ano para o outro em saldo transitado, reforçam a rúbrica da verba necessária do investimento e somam aos protocolos anuais do município para obras que também transitam, e só assim será possível concretizar os projetos em curso, e o espaço onde decorre esta assembleia, é o exemplo disso, ou o parque de lazer da praia seca, são bons exemplos desta estratégia, porque podemos ter os melhores utensílios e equipamentos de cozinha, mas sem ovos não se fazem omeletes. -

Para se fazer, para realizar, é necessário recursos e os recursos financeiros são os mais preponderantes e esta Junta de Freguesia está a amearhar para concretizar.” ----

Terminada esta intervenção foi concedida a palavra ao senhor Deputado Constantino Veiga. Proferiu o seguinte: -----

“Não hajam dúvidas que a requalificação do centro da vila, fez com que a Junta de Freguesia (...) no futuro. A verdade é que a Junta de freguesia, até hoje, nada fez para solucionar as ratoeiras que, a cada passo, ao dobrar da esquina, os automobilistas, os residentes (...). Falo exatamente daquela (...)à saída da Rua da Charneca para a Rua Nossa Senhora de Fátima e falo (...) ainda daquela que desce da rua Rosas Guimarães e procuram (...) foram sair para (...) e sai dali uma outra ratoeira. Até ao momento, da requalificação (...) que os sentidos únicos fossem usados nesta freguesia. -----

Mais devo dizer-lhe que, de facto, temos um Hotel aqui na nossa vila que há pouco tempo foi mutado pela GNR para multar um autocarro de matrícula espanhola que estava em frente ao Hotel. A verdade é que a GNR chegou lá com muita pressa, demorou um bocado de tempo, mas, pelo que se diz, não conseguiu multar o autocarro porque de facto o senhor Gonçalves é uma pessoa (...) muito (...) e conseguiu resolver (...) No entanto (...) para (...) o que é que aconteceu alguém me disse que foi alguém que chamou a GNR para ir multar o autocarro. E então, de facto, lamentavelmente alguém me disse que o bufo foi o senhor Presidente da Comissão de Festas Dar Vida à Vila”.

Avisado que tinha terminado o seu tempo, continuou: “Para além disso até, publicou aquelas fotografias que usou para fazer queixa (...) do autocarro um autocarro que de facto trás gente de fora para a nossa Vila para a nossa terra e naturalmente vem enriquecer o comércio local que” Avisado pelo Presidente da Mesa que já tinha dobrado o tempo previsto, pediu “mais um minutinho para responder ali ao secretário da Junta de Freguesia, é que, de facto. Senhor Secretário sabe o que é dizem os Feirantes? É que



Assembleia de Freguesia de Caldelas

dentro de pouco tempo, vai ter muitos lugares para poder por em concurso. De facto, a Junta mostra pouca (...) A feira é um espaço cuja receita é muito importante para a Junta de Freguesia. A feira é, de facto, muito importante para o desenvolvimento da nossa região, para todos aqueles que investem muito dinheiro para que, a nossa freguesia, tenha mais gente e tenha de facto mais desenvolvimento próprio.

Mas porquê que tudo isso não me surpreende? A Junta gasta metade do orçamento da nossa freguesia com salários, metade, o nosso orçamento é trezentos e cinquenta e qualquer coisa e cento e trinta lá vão para ordenados. Agora pergunto-me senhor Presidente: a tempo inteiro a Junta de Freguesia tem seis funcionários, dois deles, foram agora empregados e nos não sabemos, esta Assembleia, nem tão pouco aqui gente que está presente, sabe como é que foram admitidos. Só sabemos que uma foi para os velhinhos, outra vez, as tantas vai-lhe acontecer o mesmo daquela que veio e que era muito importante para cuidar dos velhinhos e foi parar a Segurança Social”.

Novamente advertido pelo Presidente da Assembleia que tinha ultrapassado o tempo, continuou. “Senhor Presidente só mais uma última pergunta, vamos dizer assim não é, senhor. Presidente gostaria que me explicasse o que é que o senhor vai fazer neste pouco tempo que tem, porque ler aquele documento que o senhor diz que é a atividade da junta é, de facto, um pesadelo! O que é que vai fazer neste ano e meio na nossa terra com tantos problemas que estão diariamente e que tornam a vida de todos aquelas que cá vivem um pesadelo! Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

Terminada a intervenção o Presidente da Mesa, dirigindo-se ao último orador, disse que o mesmo tinha gasto o quádruplo do tempo que lhe estava distribuído. Seguidamente dirigindo-se ao Presidente da Junta, disse: -----

“Senhor Presidente da Junta, o que diz o regimento no Artigo 36, nº 7 ou nº 6 é que por cada pedido de esclarecimento ou a respetiva resposta, a respetiva resposta não poderá ser excedida por três minutos para cada um, portanto o senhor tem nove minutos para responder, tinha razão. Tinha razão. Tem nove minutos, se faz favor, para responder. Três para cada pergunta.” -----

O Presidente da Junta respondeu às questões colocadas. Disse: -----

“Senhor Presidente obrigado. Rapidamente sobre a questão dos funcionários, os senhores Deputados do PSD, hoje, embicaram para os funcionários. E eu como,



Assembleia de Freguesia de Caldelas

felizmente, já tenho algum tempo de vida nas assembleias de freguesia e aqui na Junta de Freguesia, gosto de me socorrer da história, a história é curta. Nós chegamos em 2017, e o mapa do pessoal da freguesia de Caldelas, quatro, senhor Deputado oiça agora por favor, quatro postos de trabalho ocupados com termo, como é que se diz, queria dizer o termo técnico, três com tempo indeterminado, um a termo resolutivo certo e um por tempo indeterminado, ou seja, nos quadros tinha cinco funcionários. -----

Hoje a Junta de Freguesia e, atenção, nenhum destes era para cuidar dos velhinhos, não consta, que nenhum destes era para cuidar dos velhinhos e, também, não consta, que destes três, vamos agora por tipo de funcionários que temos aqui: dois administrativos e tínhamos três operadores de máquinas e cantoneiros e, nessa altura, em 2017 quando nós chegamos, a Junta de Freguesia, portanto, que não tinha nenhum funcionário para os velhinhos e que tinha três funcionários para tratar os cantoneiros, para esses serviços que fazia não recebia nada. Não recebia dinheiro nenhum. Certo. Ou seja, tratavam dos jardins da melhor maneira que podia e sabia, como nós hoje fazemos, também tratamos da melhor maneira que sabemos e fazemos, mas não recebia nada da Câmara Municipal, e não cuidava dos velhinhos porque não tinha recurso para cuidar dos velhinhos. -----

Hoje o que é que nós temos? E aqui uma correção, que parece uma correção muito nobre, mas não é, fez bem o Dr. Manuel Ribeiro, que é jurista, chamar a atenção. Não é nos quadros, nós nos quadros neste momento por o mapa de pessoal que está aprovado, e agora pergunto: como é que foi aprovado o mapa de pessoal, ou seja, o mapa que diz quantos funcionários é que nós temos e que autoriza a Junta de Freguesia a colocar. Como é que foi aprovado? Foi aprovado por os votos contra do PSD? Não. Foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia de Freguesia com os votos a favor do PSD. Portanto, em dezembro estavam em acordo e agora já estão contra e é um desperdício! Mas eu ia mais longe, esses recursos que nós temos, que são três que estão no quadro, e eu expliquei na última reunião porque são três e não são mais, porque estão dois, de facto, em regime de substituição e estamos à espera de saber se consolidam ou não. Um já se consolidou, entretanto, nós temos, então, mais dois. E esses dois são pagos por quem? Ora, nós recebemos agora 19.500,00€ da Câmara Municipal para cuidar de parques e jardins. Portanto, esse acréscimo do custo que nós temos hoje, o contrato é executado,



Assembleia de Freguesia de Caldelas

por outro lado, por protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal. E para cuidar dos velhinhos, como vocês dizem, a junta de freguesia tem o recurso, mas que é pago com o quê, com o protocolo da Câmara Municipal de 25.000,00€, de 27.500€, como diz o senhor tesoureiro, 27.500,00€, completou agora, para custear. -----

Isto para o dizer o quê? Para dizer que nós não somos tolos, não somos tolos, sabemos bem o que estamos a fazer e, normalmente não damos o passo maior que as pernas. Damos só o passo conciso. Nós definimos que era importante termos um recurso, que não é para tratar dos velhinhos, é um recurso de apoio social, o espaço Convívio Sénior é apenas uma das respostas que nós temos para, na área social e, eu acho que, nós referimo-nos aos velhinhos desta forma é a coisa que menos dignifica quem tem a responsabilidade de representar as pessoas, nós, todos nós, chegaremos a uma fase que também precisaremos de uma resposta deste género e é uma coisa que a nós orgulha imenso, mesmo, uma coisa que nos orgulha imenso, basta ver a alegria das pessoas, a vida que as pessoas ganham em estar connosco e a questão da contratação dos recursos que temos para os jardins são recursos importantes e eu quero vos dizer mais, nos para além deste custo, que é um custo que ainda é variável e que nós achamos que deve de ser fixo, temos ainda outro custo associado que é uma prestação de serviços externa para cuidar dos jardins e também é algo que nós temos de gastar mais, nós temos que estar mais disponíveis para gastar mais. Depois, as outras questões, portanto, para dizer que nestas coisas a memória também é importante para a gente num dia estar a defender uma coisa e noutro dia defender outra. -----

Depois, sobre a questão da feira há uma coisa que temos de reconhecer. De facto, o tempo hoje é diferente, e eu devo reconhecer, contra aquilo, eu tenho dito aqui várias vezes, a feira que nós temos hoje, é uma feira diferente e amanhã vai ser cada vez mais diferente porque os feirantes tradicionais que enchiam a feira estão com os dias contados, estão com os dias contados, vocês basta irem a qualquer shopping, certo, que têm roupa nas lojas com preço mais baixo que a encontram na feira, vocês têm mercado online que é um mercado que substitui um mercado da feira e portanto, o que nós estamos a fazer, ou melhor, eu diria mais, se nós não fizéssemos o que estivemos a fazer nestes anos, por ventura, a receita não tinha ficado como ficou em nenhum dos anos, tirando os anos da pandemia, naturalmente, que são anos difíceis, mas nós em 2017, para vocês



Assembleia de Freguesia de Caldelas

verem, estou a ver mal, no cemitério então não, mas é uma receita que está em média com aquilo que nós íamos fazer nos outros anos, quer a média mensal quer a média anual, com um acréscimo, é que nós hoje podemos dizer como dizia o senhor tesoureiro, e bem, que é com justiça porque o que acontecia é que, de facto, nós enchíamos muitas vezes a feira mas aqueles que vinham cá só nos mês de julho, de agosto ou no mês de Natal que eram os meses bons, o resto do ano estavam-se a marimbar e faziam concorrência com aqueles que pagavam o ano todo. E, isso era injusto. Portanto, esta regra que só faz quem paga, acho que é uma regra que nós todos devíamos de congratular. Por isso, por nós sabermos que o futuro das feiras deve estar, na nossa opinião, cada vez mais orientado para os produtos frescos, legumes porque é aquilo que tem cada vez mais procura, é que nós achamos que devemos de fazer uma intervenção lá, não tem sido por falta de luta, mas não tem sido possível chegar lá. E também não me vou comprometer que vamos fazê-lo sozinho, sem o apoio da Câmara, primeiro porque aquilo é um equipamento municipal e, segundo, porque o dinheiro que nos temos não chega para tudo. Mas procurámos em encontrar outras receitas, receitas extraordinárias da Câmara, que já vos falei, os parques e jardins fomos nós que andamos a lutar com a Câmara para que incentivou alguma coisa às Juntas de Freguesia, porque a Rivalta tem destas coisas, também eu vou dizer com vaidade e fico feliz por termos conseguido e não foi só aqui para as Taipas foi para o concelho todo, como também conseguimos que fosse, pronto. -----

Dizer também o seguinte, a questão do Espaço do Convívio Sénior e do apoio social são 25.000,00€ e outras receitas que os senhores sabem que temos colmatado. Estas receitas aqui, 27.500,00€ ainda estou no ano passado, as receitas daqui são receitas que quem não está de acordo, eu respeito, mas são receitas importantes, estamos a falar em 3 anos 36.000,00€ e, portanto, nós temos procurado ser criativos, encontrar formas de garantir que aquilo que é forma de funcionamento da nossa freguesia permita libertar meios para depois fazermos investimentos. -----

O cemitério é uma preocupação, não vale a pena esconder, nós na reunião, na última reunião de Junta, não sei se foi na última ou na penúltima, já deliberamos uma coisa, que fica já no conhecimento público. Não vendemos mais sepulturas duplas, não vendemos, duplas, não se vende mais, portanto são coisas difíceis que quem já passou e tem experiência sabe que as pessoas quando compram, muitas vezes, querem comprar



Assembleia de Freguesia de Caldelas

sepultura dupla pronto, mas nós não vendemos mais sepulturas duplas. Ficou deliberado, já com essa preocupação, e acho que não é para este executivo, mas o próximo executivo, é 14 anos pronto, mas o próximo executivo terá que repensar necessariamente nisto não é para nós, mas quem vier a seguir há de ter de pensar nisso seriamente, sem prejuízo que nós também sabemos que há hoje um movimento diferente, muitas pessoas já começam a optar pela cremação e que isso ocupará outro espaço e também as próprias regras de funcionamento, mas nós iremos já lá noutros pontos a seguir. -----

Por último, só reforçar duas coisas para terminar, o Dr. Manuel Ribeiro tocou no assunto e não quero passar ao lado. Há duas coisas que eu fico satisfeito na intervenção do doutor Manuel Ribeiro, primeiro centrar-se no relatório de gestão, é um dos documentos, foi o Augusto que o trabalhou, e é um instrumento muito claro, aconselho todos a ler, quer do ponto de vista das receitas, quer do ponto de vista das despesas. Está aqui, clarinho como a água, a nossa atividade, o que é que temos feito. Relativamente às despesas de capital temos uma taxa de execução muito baixa, mas é uma opção que não está escondida, o deputado João Ribeiro disse, nós estamos a juntar para podermos fazer a execução das obras que tem o valor avultado, se não fosse assim, nós não tínhamos este equipamento, nós não juntamos 200.000,00€ de investimento em quatro anos. Sabem disso, a Junta de Freguesia não tem essa disponibilidade de investimento, ou acumulamos os protocolos da Câmara e a poupança que vamos fazendo ou então não é possível.” ---

O Presidente da Mesa questionou se algum dos senhores Deputados que intervieram anteriormente queriam fazer algum pedido de esclarecimento. Inscreveram-se os senhores Deputados Manuel Ribeiro e Constantino Veiga. O senhor Deputado Manuel Ribeiro disse: -----

“Senhor Presidente coloquei a questão: sete feirantes ativos a quem foi iniciado o processo de retificação de lugar, isto é o que está escrito, estou a citar o que está escrito no relatório e, parece-me que a explicação do senhor tesoureiro foi contraditória com o que está escrito no relatório de gestão. -----

Depois, citei também, oito lugares ocupados por uma obra particular em curso e não obtive resposta sobre ela. E, relativamente também às associações, também fiz uma pergunta concreta sobre a distribuição dos apoios às associações que a Junta de Freguesia, no passado, vangloriava-se que entregava uma listagem com todos os apoios e este ano,



Assembleia de Freguesia de Caldelas

apesar de, transparência e de clareza do relatório de gestão isso não existe o que, também, contradiz um bocado a apresentação do relatório de gestão.” -----

Seguiu-se o Deputado Constantino Veiga: -----

“Senhor Presidente, fala que procura novas receitas para tentar equilibrar a falta de receita da feira. A feira não é só importante a sua receita. A feira é importante porque traz muita gente para aqui, traz a região. É importante dinamizá-la. E aquilo que eu sei nas visitas que eu faço, a verdade é que, são muito poucos os feirantes que o conhecem. Muito poucos. Até me dá a sensação de que o senhor Presidente foi lá duas ou três vezes, não foi mais. É aquilo que eles dizem. -----

Mas vou-lhe perguntar outra coisa, é preciso perceber se, de facto, a gente desta terra precisa de ajuda para resolver os seus problemas. O senhor. Gonçalves, do hotel das Taipas, pediu há muito tempo um lugar para estacionamento das viaturas dos hóspedes, bem como, para viaturas pesadas. Ele disse que já foi à Junta de Freguesia reclamar isto, o Senhor fez alguma coisa? Obrigado.” -----

Para esclarecer foi dada a palavra ao Presidente da Junta que endereço as respostas para o Tesoureiro Augusto Mendes que disse não saber o que pretende o Deputado Manuel Ribeiro. Disse que o processo “é assim. Passa um mês e chega ao dia quinze de cada mês, dia dezasseis há feira, não pagou não entra, não entra. Passa o segundo mês, dia dezasseis, não pagou não entra. Chega-se terceiro mês, dia dezasseis, que é quanto tem que pagar até ao dia quinze, chegasse o dia dezasseis, na feira subsequente ao dia dezasseis, não pagou, não entra. Ao terceiro mês inicia-se o processo de caducidade. Enviamos uma carta, tudo direitinho. O feirante tem sessenta, uma carta registada e com aviso de receção, o feirante tem sessenta dias para corrigir, para fazer o pagamento. Não o faz, fica sem o lugar na feira semanal. É assim que funciona. E não pode ir a concurso. Embora depois sabemos que depois há o nome de outra pessoa, vem com o nome da tia.” O Deputado Manuel Ribeiro entrou em diálogo com o Tesoureiro, no que foi impedido pelo Presidente da Mesa. Prosseguindo o Tesoureiro esclareceu que “Não sou eu que faço o regulamento da feira. É um regulamento municipal, mas qual é a justiça para quem paga a fazer feira e para quem paga a não fazer na mesma. Peço desculpa, por essa parte, mas não me obriguem a concordar com ela que não concordo.



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Em relação aos oito lugares, é uma medida da proteção civil, foi a proteção civil que nos deu indicação, nós temos de cumprir e estamos em prejuízo, é verdade, mas é a proteção civil”.

O Presidente da Junta de Freguesia acrescentou que, “Felizmente, não estamos em prejuízo porque ocuparam outros lugares, mas é bom terem em conta na definição, não sei os termos técnicos, não sei como é que se diz, mas na definição de operação para utilização do espaço público o promotor paga, paga metade. -----

Depois, relativamente, havia uma terceira questão que era as associações a distribuir no montante global o que podemos dizer é que, consecutivamente, já tem estado nos documentos atribuímos 29.500,00€ e consecutivamente temos vindo sempre a subir o apoio às associações, assinamos esta semana os protocolos para o ano 2024 e reforçamos novamente o valor, sempre, seguindo aqueles critérios que definimos no regulamento que é número de atletas se forem desportivas, o ordinário, e depois ainda há apoios extraordinários para investimentos se for o caso disso. -----

Sobre a questão do senhor Deputado Constantino Veiga, o senhor Gonçalves esteve na Junta de Freguesia na passada semana, creio que foi quinta ou sexta-feira, o compromisso que assumimos com ele e com outros moradores, também tivemos com outros moradores dois ou três dias antes, vieram todos com o mesmo assunto incluindo a questão do autocarro. O autocarro ainda tem uma coisa mais, como é que se diz o termo, mais ridícula, vou chamar-lhe de ridícula pronto, que é a descarga dos passageiros é feita para a via, não sei se perceberam, o estacionamento é à esquerda é via é em sentido descendente o autocarro estaciona no local que vai ser destinado o que significa que os passageiros vão para a via. Nós não colocamos já essa questão só agora, nós já colocamos esta questão, eu não queria estar a dizer de memória porque posso estar a dizer asneiras, mas acho que é 2018 num relatório que enviamos colocamos essa questão e temos, e vamos voltar a colocar, novamente, essa questão. Não tenho só a questão do estacionamento, tenho a questão do estacionamento, tenho a questão da saída dos veículos pesados daquela rua, sobretudo agora colocaram lá em cima um sinal de estacionamento de proibição à direita na rua Professor Ilídio Lopes de Matos quem vira para a rua da Charneca e, portanto, todas essas questões, à semelhança de outras questões relacionadas com sinalização e trânsito, essas serão enviadas outras já foram enviadas, e apesar do que



Assembleia de Freguesia de Caldelas

os técnicos responsáveis pelo trânsito já terem estado connosco há um mês e pico, ainda não obtivemos resposta, mas assim que tivermos daremos, ao senhor Gonçalves e aos senhores Deputados, com muito gosto, e obrigado pela atenção.” -----

Colocado o ponto a votação foi aprovado por maioria, com cinco votos contra por parte dos deputados do PSD. -----

Ponto seis - Primeira revisão orçamental do ano de 2024; -----

O Tesoureiro apresentou o documento. Disse: -----

“Esta primeira revisão orçamental tem a ver com uma acumulação de receita que temos por parte da Câmara Municipal e também do saldo transitado de 2023. Ou seja, nós temos uma acumulação de receita de 3.000,00€ para animação de verão, 1.000,00€ para as comemorações do 25 de abril, subsídios da Câmara Municipal, e temos um subsídio de 35.769,00€ para retificação do telhado e pintura da biblioteca. E, depois, temos o saldo transitado, ou seja, foi dinheiro poupado em 2023 para 2024 de 27.055,00€ e, ou seja, e a revisão orçamental foi para acomodar esta receita. No nível da despesa, essa receita foi acumulada nos procedimentos que nós temos das prestações de serviços que temos feito e na questão de apoios que ficou o resto para investimento.” -----

Terminada intervenção interveio a Deputada Helena Marina Silva Gomes, cuja intervenção facultou à Mesa. Expôs, depois de cumprimentar os presentes: -----

O PS gostaria de destacar este reforço orçamental que vamos aprovar, ou seja, há uma necessidade de rever o orçamento para inserir no orçamento o saldo orçamental do último ano e porque foram atribuídas novas receitas à Junta de Freguesia. -----

Como afirmamos na análise do relatório e contas e do relatório de gestão o saldo transitado permite reforçar a verba disponível da freguesia para investimento, assim como gostaríamos de destacar a receita suplementar que foi atribuída pelo município para obras no polo da biblioteca das Taipas, dando assim melhores condições a todos os utilizadores do edifício sede da Junta de Freguesia.” -----

Colocado o ponto a votação foi aprovado, por unanimidade. -----

Ponto sete - Apreciação do Inventário; -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia reverteu para o documento e nenhum Deputado se quis inscrever. -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Ponto oito - Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de aceitação de Delegação de Competências por parte do Município de Guimarães, na Freguesia de Caldelas, para manutenção de espaços verdes no ano de 2024; -----

O senhor Presidente da Junta apresentou o documento. Esclareceu que: -----

“Finalmente, uma boa noticia, acho que é boa, não sei, acho que é boa, mas já começo a duvidar de tudo. Finalmente conseguimos um aumento no valor deste protocolo. Era uma reivindicação para aí há 4 anos. Todos os anos, outubro a junta de freguesia, outubro/novembro, oficiava a Câmara Municipal por ocasião do orçamento da Câmara para que este valor fosse ampliado estava em 12.500,00€ e agora, em 2024, passa para 19.750,00€ que é muito importante para uma competência que nós procuramo-la fazer da melhor maneira possível temos melhorias, mas não está, ainda, no ponto que nós queremos. Também acho que agora com a conclusão do centro da vila, pelo menos, o centro da vila, a alameda, a praia seca e o parque de lazer conseguiremos estabilizar um plano que dignifique melhor os nossos jardins, que é um compromisso de uma reivindicação legítima das pessoas.”

Inscreeveu-se a Deputado Raquel Alves, que disse: -----

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e restante mesa

Senhor Presidente da Junta e demais executivo, -----

Senhoras e senhores deputados, Estimados Taipenses, -----

Relativamente ao ponto 8 da ordem do dia, congratulamos o executivo pelo facto de ter conseguido o aumento da verba atribuída para o ano de 2024. Esta é uma questão antiga, já discutida noutras sessões da nossa assembleia, e com esta decisão camarária, tornamo-nos a freguesia do concelho a receber o valor mais elevado, atribuído à manutenção dos espaços verdes. Sendo as verbas a transferir calculadas em função da área útil de espaços verdes, congratulamos também o executivo pelo esforço na manutenção dos corredores e espaços verdes da nossa freguesia, bem como o esforço imprimido no aumento dessas mesmas áreas. Para este aumento da área verde útil da freguesia, contamos ainda com a inclusão futura das áreas e corredores verdes do espaço cívico bem como a área do Parque das Levadas, já aprovado pelo executivo camarário.

Salientamos aqui que, a responsabilidade pela manutenção e embelezamento, das áreas e corredores verdes do centro cívico, não é responsabilidade da Junta de



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Freguesia, e que o executivo aguarda esclarecimentos, por parte camarária, relativamente à passagem destas responsabilidades. -----

O aumento dos espaços verdes da freguesia permitirá a subida de patamar de subsídição sendo o objetivo atingir o valor máximo de 25.000€. O valor deste subsídio nunca foi entrave às intervenções necessárias nos espaços e corredores verdes, mesmo quando a área verde útil foi sob calculada e teve o executivo de alocar recursos próprios para cumprimento das ações que considerava necessárias. -----

Continuamos a defender esta Delegação de Competências pela autonomia que proporciona à freguesia ao nível da programação das manutenções necessárias, pela resposta rápida que a Junta de Freguesia pode dar a qualquer solicitação da comunidade e também pela eficiência das intervenções em comparação com anteriores práticas que não valorizavam os nossos espaços verdes. Factos que podem ser constatados pela diferença ao nível da manutenção entre os espaços que são geridos pela Junta de freguesia e pelos espaços que ainda não são da sua responsabilidade, sendo os mais evidentes, os espaços e corredores verdes do centro cívico.” -----

Terminada a intervenção o Deputado Manuel Ribeiro pediu para usar da palavra. O Presidente da Mesa disse que não o poderia fazer, porque não se tinha inscrito. O Deputado não concordou com a interpretação dada pelo Presidente ao Regimento. Este disse que o Deputado se queria falar deveria recorrer para o Plenário. Este fê-lo e o Plenário concedeu-lhe autorização. -----

Antes de colocar as questões que o levaram a inscrever-se ainda criticou o Presidente da Mesa e afirmou “estar aqui no uso da palavra e (...) tenho um minuto e vinte e sete, é um tempo curtíssimo ... essa teimosia em vedar a intervenção das pessoas, a sério, veio o 25 de abril há quatro dias ou três dias e já estamos a violá-lo”. -----

Continuou “a minha apresentação é neste sentido. realmente a deputada do partido socialista disse que, aqui, que os espaços verdes são da responsabilidade da Câmara Municipal, neste caso, da Câmara Municipal de Guimarães que a ela estamos sujeitos. Mas a delegação de competências dos espaços verdes das Câmaras nas Juntas de Freguesia ou nas Freguesias aconteceu em 2013, com a lei 75 de 2013, em que obriga os Municípios a delegar nas freguesias a gestão dos espaços verdes. Claro que ao delegar, têm que transferir os meios financeiros proporcionais. Isto para dizer o quê, que nós a



Assembleia de Freguesia de Caldelas

partir de 2013 até 2017 reivindicamos essa aplicação da lei do município de Guimarães e não conseguimos. Só a partir de 2017, é que a Câmara Municipal de Guimarães começou a aceder em todo o concelho com essa desculpa com a delegação de poderes nas freguesias para a gestão dos espaços verdes.” -----

Terminada a intervenção o Presidente da Assembleia, dirigindo-se ao Orador disse: -----

“A intervenção que o senhor Deputado fez não foi para colocar nenhuma questão que a Junta tenha posto a apreciação. Foi para contestar, ou para contrariar, a intervenção da Deputada anterior, logo, o senhor não se inscreveu, porque não tinha questões para colocar”. -----

Foi dada a palavra à Junta de Freguesia que disse: -----

“Senhor Presidente, permita-me dizer o seguinte. O 25 de abril, como o senhor Deputado sabe, não determina que a liberdade seja absoluta, por isso é que há regras. Aqui a ideia que dá é que o senhor Presidente da Assembleia está a coartar um direito ao senhor Deputado. E o senhor Deputado não tinha esse direito” -----

Interrompido pelo Orador anterior, reafirmou que o Deputado não estava inscrito “e o senhor Deputado sabe que não estava, até poderia ter e não é o tanto faz é que depois deriva naquilo que nós hoje chamamos de institucionalismo, mas as regras existem é para ser cumpridas. Desculpem o epíteto, mas eu nestas coisas o que é formal é formal e a razão a quem a tem. -----

Quanto à intervenção dos dois senhores Deputados Primeiro, queria cumprimentar de forma particular a senhora Deputada Raquel, primeiro, por ser a primeira vez que vem cá e segundo pela forma preparada com que se denota que estudou o assunto, porque, a senhora Deputada diz duas coisas que são importantes: uma, lembra a Junta de Freguesia e chama a atenção da Junta de Freguesia do seguinte, e eu disse ali uma coisa mas também quero a justificar para a senhora Deputada, não para não dar razão a Sra. Deputada mas para perceber, é que os espaços do centro cívico ainda estão fora do protocolo de delegação de competências, ou seja, a responsabilidade à partida, tanto quanto nós foi transmitida, é da entidade que realizou a obra por período de 24 meses, mas devo dizer que na ausência de resposta da Câmara, presumo que da própria Câmara para o empreiteiro, a Câmara viu-se recentemente, esteve cá o engenheiro quanto sei, e

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

estará amanhã ainda, a cuidar dos espaços verdes e eu manifestei já hoje a disponibilidade à engenheira responsável por esse trabalho para que a Junta de Freguesia, de imediato, dê sequência ao trabalho que quer fazer de olhar para a parte paisagística e, lamento que seja só agora, porque nós já alertamos isto há muito tempo e para se tratar o que, infelizmente, não foi tratado e já comuniquei que se a Câmara não fizer vamos fazer nós! Certo, o professor. Fonseca já tem em marcha o plano, já estava para começar amanhã, mas já não vai porque nos falta resolver um problema relacionado com a rega e, portanto, para vos dizer que, apesar de a responsabilidade só passar para a Junta de Freguesia daqui a dois anos, nós queremos-la assumir o mais rapidamente possível e não queremos estar a esperar nem do empreiteiro nem da Câmara. Queremos ser nós a fazer. -----

Depois, segunda questão, formal, que o Dr. Manuel Ribeiro aqui colocou, eu devo dizer que, como sabe, eu juridicamente concordo eu acho que o que é lei determinava a delegação legal de competências, ou seja, elas operavam automaticamente independentemente do contrário. O entendimento da Câmara Municipal foi diferente, de 2013 a 2017, entendia que era preciso um contrato interadministrativo a celebrar nas Juntas de Freguesia e só em 2017, efetivamente, é que foi celebrado esse contrato interadministrativo, mas a competência, mesmo que não houvesse dinheiro, já era da Junta de Freguesia, desde 2013. Mesmo que não houvesse dinheiro. Certo? Portanto, o que significaria, senhor Deputado, o que significaria que se a Junta não o fez, de 2013 a 2017, porque a Câmara não transferiu ela continua a ser responsabilidade da Junta, ela agora só passa a ser é financiada. Que fique isso bem claro. -----

Quanto ao resto e é aquilo que mais interessa às pessoas, para dar conta - para terminar - é um objetivo que não está totalmente preenchido do nosso olhar, não é senhor professor, e o senhor professor é a pessoa que tem sido – mesmo sem perceber nada do assunto, sem perceber nada da poda - estado mais dedicado à poda e às plantações, com muito gosto, e em marcha vamos ter um plano mais robusto”. -----

Perguntado se algum Deputado se queria inscrever e não havendo, foi o ponto colocado a votação e aprovado por unanimidade. -----

Ponto nove - Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de aceitação de Delegação de Competências ou formas de apoio, por parte do Município de Guimarães relativas ao ano de 2024; -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

O senhor Presidente da Junta apresentou o documento. Clarificou o seguinte: -

“Muito rapidamente. Mantêm-se o valor de 2023, mantêm-se o valor de 2022 e mantêm-se o valor de 2021 que foi o último ano que se conseguiu uma atualização de 30% do valor. Em 2021, a Câmara atribuiu mais 30% ao valor que estava em vigor. Desde 2021, que não tem sido possível convencer a Câmara Municipal disso. Eu entendo que o valor é curto, mas é o valor que temos e, no caso concreto, está consignado à concretização do projeto do Parque das Levadas.” -----

Não houve inscrições. -----

Colocado o ponto a votação foi aprovado, por unanimidade. -----

Ponto dez - Apresentação, discussão e votação das condecorações da Freguesia de Caldelas para o ano de 2024;-----

O senhor Presidente da Junta apresentou o documento. Disse: -----

“De forma muito rápida creio que este foi já um compromisso tornado público sobre a Junta de Freguesia há algum tempo, pelo menos no ano passado, no ano de 2024 a Banda Musical de Caldas das Taipas assinala uma data redonda, ainda que haja aqui apenas referências históricas à criação de uma filarmónica e a banda tendo sido constituída formalmente mais tarde, a verdade é que esta é uma das instituições mais antigas da nossa freguesia. E, também é verdade que, apesar de cumprir uma missão de não só no que concerne ao desenvolvimento local e cultural da nossa comunidade, e muito particular, no ensino de música aos mais jovens há muitos anos, por ser uma instituição que carrega onde atua o nome da nossa freguesia não foi, até à presente data, reconhecida com uma distinção que habitualmente a Junta de Freguesia atribui a instituições ou atribuiu a instituições e cidadãos com igual valor para distinção e, portanto, por ser de direito, por ser justo, por ser merecido, a Junta de Freguesia propõe que a Assembleia de Freguesia possa aprovar a atribuição desta medalha de Honra da Freguesia que é a distinção mais elevada da nossa comunidade como forma de expressar a gratidão e o apreço à Banda Musical de Caldas das Taipas e a todos aqueles que desde a sua fundação, e até antes da sua fundação, contribuíram para o desenvolvimento de uma organização que se dedica à missão que todos nós conhecemos e que muito dignifica a nossa vila de Caldas das Taipas.” -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Terminada a intervenção e aberto o período para inscrições, fizeram-no os Deputados Porfírio Silva Martinho e Manuel José Araújo Ribeiro. Este teceu um comentário ao qual o Presidente da Mesa disse não achar piada e o Deputado, referindo-se à inscrição, voltou a dizer, “vá ver ao Regimento, vá ver ao Regimento”. -----

O Deputado Porfírio Silva proferiu o seguinte discurso que entregou à Mesa:

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e restante mesa, -

Senhor Presidente da Junta e demais executivo, Senhoras e senhores deputados,

Público em geral, Comunicação Social:

A Bancada do Partido Socialista associa-se a esta proposta de atribuição da Medalha de Honra da Freguesia à Banda Musical das Caldas das Taipas. -----

A Banda Musical das Caldas das Taipas é sinónimo de cultura, é uma instituição cultural de referência -----

Foi e é uma escola de música de dezenas e dezenas de pessoas. -----

Foi e é uma instituição embaixadora da Vila, que promove o nome de Caldas das Taipas em cada deslocação, em cada momento musical, em cada concerto. -----

Com a aprovação desta proposta, a Banda Musical das Caldas das Taipas juntar-se-á às individualidades e instituições da Vila que já têm este reconhecimento público, entre os quais a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas e o Clube Caçadores das Taipas. -----

Esta é uma homenagem a todos os associados, diretores, maestros e músicos que contribuíram para tanta história de cultura musical. -----

Viva a Banda Musical das Caldas das Taipas!” -----

Terminada a intervenção foi dada a palavra ao Deputado Manuel Ribeiro. Disse:

“Vou tentar ser breve senhor Presidente. Não estou aqui para aborrecer ninguém, muito menos o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia. Eu quero dizer que concordo e a bancada do PSD, concorda sem reservas e, finalmente, com a exposição que bancada do PS, partido socialista, fez neste púlpito relativamente à Banda Musical das Taipas. Seria um bocado pretensioso da minha parte, vir aqui dizer, vir aqui contar, a minha experiência desde tenra idade na Banda Musical de Caldas das Taipas. Para quem não sabe, eu aos 11 fui aprender solfejo, o solfejo para a Banda de Música e foi um dia, não fui só eu, foi o meu irmão também e a minha irmã, e foi um dia muito feliz. Foi um



Assembleia de Freguesia de Caldelas

dia muito feliz, porque já tinha lá outro irmão e o que a Banda de Música nos proporcionou naquele tempo, a aprendizagem da música, o contacto com os instrumentos musicais e o desenvolvimento da nossa sensibilidade musical que não aconteceria de outra forma. Eu estou a dizer isto porquê? Porque nós sabemos que um dos grandes benefícios, digamos assim, de conquistas do 25 de abril foi também a democratização do ensino da música. Na altura, eram só os privilegiados é que aprendiam música. Na altura, não era um instrumento de sopro como eu fui tocar, trompete, eram os privilegiados que tocavam piano, que tocavam harpa, que tocavam violino e nós e a Banda de Música das Taipas que era aqui que existia junto a estas freguesias e eu lembro-me, que eu na altura vivia na freguesia de Sande S. Martinho, proporcionou esta possibilidade. Esta possibilidade que eu, e de certeza, toda a gente que passou pela Banda de Musical de Caldas das Taipas está agradecida para o resto da vida. E não foi só isso, num determinado momento histórico da banda, não foi só o ensino aqui dentro da corporação é que as pessoas que também lá estavam, tentavam aproveitar o potencial intrínseco de cada um e levá-los na altura para o conservatório Calouste Gulbenkian de Braga. E sabemos que, esta banda abriu as portas à profissão de músico e somos, neste momento, e podemos dizer que somos uma terra de músicos exatamente porque a banda mais antiga do concelho faz 190 anos e, eu acrescento, pelo menos porque eu quando andei lá tentei aperceber-me qual foi a verdadeira data da fundação da banda e a mais antiga que encontramos foi 1834. Mas, naquela altura, em 1834, a banda já fazia serviços de algum relevo e, isso quer dizer que, já existia há mais tempo. Mas adotaram essa data para fixar a fundação da banda e, em bom tempo o fizeram. E, portando, a Banda de Musical de Caldas da Taipas ao receber esta proposta da Junta de Freguesia com, creio, unanimidade da Assembleia de Freguesia está-se a fazer uma grande justiça que já se devia ter feito no passado. Na altura, dos 180 talvez, dos 170 mas que aos 190 também fica bem. Obrigado.”

Não existindo mais intervenções o Presidente da Mesa disse que colocava à consideração dos Deputados o número três do artigo 37.º do Regimento que as deliberações que envolvam uma apreciação sobre pessoas efetuam-se sempre por voto secreto. Perguntou aos senhores Deputados qual a forma de votação que pretendem, dado que o Regimento não especifica se são pessoas individuais ou coletivas. Colocada a Votação da proposta ser por braço ao ar, a mesma foi aprovada com o voto contra do



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Presidente da Mesa, que disse que faria declaração de voto, tendo declarado que votou contra a votação por braço ao ar pis, no seu entender, ela contraria o Regimento. -----

Posta a votação a atribuição da Medalha de Honra da Freguesia, para a Banda Musical de Caldas das Taipas, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Colocado o ponto a votação foi aprovado, por unanimidade. -----

Ponto onze - Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao regulamento do cemitério; -----

O senhor Presidente da Junta apresentou a proposta. Esclareceu o seguinte: ---

“Portanto, esta alteração ao regulamento do cemitério é precedida, portanto, é uma alteração que tem como objetivo dar resposta a um problema que tem sido colocado por vários cidadãos. O regulamento nos termos da lei, já determinava as situações em que a transmissão das concessões, ou seja, as transmissões de sepultura e jazigos podia ser feita no caso em vida e também no caso de morte. O que nos era colocado era como proceder ao averbamento de concessões de jazigos ou sepulturas nos casos em que a transmissão tinha de facto ocorrido, ou seja, alguém tinha doado, alguém tinha transmitido por sucessão, mas essa transmissão não tenha acontecido formalmente, ou seja, tenha acontecido de facto, mas não tenha acontecido formalmente. E, às vezes, estamos a falar de pessoas que tenham sepultado, naquele jazigo em concreto, irmãos, pais, avós, tios, padrinhos mas cuja titularidade da sepultura ou jazigo no alvará que a determina tem o nome de outrem. A pessoa queria regularizar essa situação. Este assunto, é um assunto que foi estudado, tivemos apoio externo formal tivemos apenas duas reuniões com notário que nos deu duas outras soluções até antes desta que, na nossa opinião, não eram as mais razoáveis, esta foi aquela que nos pareceu mais razoável e mais perceptível aos olhos de todos. E qual foi então a solução que se encontrou? Solução essa que também foi partilhada com os colegas de oposição, porque é suposto que esta matéria depois, as regras que possam ser aplicadas para futuro e que não possam haver aqui nenhuma dúvida. Portanto, achamos que é uma matéria que tem de ser discutida. O regulamento teria sempre de ser discutido na assembleia de freguesia, mas fizemos esta discussão prévia com os partidos, com todos, e portanto, eu se calhar, para ser mais preciso e para quem cá está perceba lerei então como é que se opera então a transmissão.”



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Esclarece que a transmissão em vida não carece de qualquer modificação ao Regulamento e mesmo em caso de morte desde que os Herdeiros sejam conhecidos e, entre si aprovam a contitularidade ou declaram prescindir para apenas um deles. A proposta apresentada é para os casos “em que está sepultado alguém no jazigo, certo, que lhe foi por exemplo doado em vida ou em morte, certo, mas que não haja traço sucessivo entre a pessoa em que está averbado e aquele que agora pretende a sua inscrição. Nesses casos, que não há mesmo traço sucessivo, aquilo que nós temos de demonstrar é a evidência da pessoa que quer averbar em seu nome tem de demonstrar essa evidência que naquele jazigo está sepultado alguém que lhe é familiar direto”. -----

Dando alguns exemplos, como alguém que tem um familiar sepultado em determinada campa, que prova que é verdade e quer averbar a sepultura em seu nome. Não é possível estabelecer o traço sucessivo, mas é possível demonstrar essa evidência “se foi lá sepultado é porque a pessoa que era detentora da concessão o autorizou”. Adiante que para estar sepultado é porque a Junta de Freguesia autorizou, sendo esta evidência suficiente que o concessionário autorizou. -----

“Depois o outro artigo que é alterado é o artigo 46 e para acrescentar as transmissões, ainda em vida, que o concessionário permitiu, mas que não foi formalizado, por exemplo, alguém que doou, mas que não foi formalizado. Bom, isto é uma matéria muito específica, é uma matéria complexa e foi a solução que a Junta de Freguesia encontrou no espírito aberto da lei procurando-se encontrar sustento naquilo que é também prática no dia-a-dia da prática notarial. Há Notários que fazem isto de forma muito mais fácil. As pessoas chegam lá e dizem quero averbar para o meu nome e justificam isso. Acho que esta é a que dá mecanismo para que a Junta possa resolver o problema.” -----

O Presidente da Mesa perguntou se a Junta tinha reunido com os partidos sobre este tema e, perante a anuência do Presidente da Junta, considerou que o assunto seria pacífico. Abriu o período de inscrições e fizeram-no os Deputados Manuel José Araújo Ribeiro e João Manuel Fernandes Silva Ribeiro. -----

O senhor Deputado Manuel Ribeiro disse: -----

“Relativamente a este tema, a este assunto do cemitério eu confesso que é muito delicado, complicado, enervante e uma fonte problemas para a Junta de Freguesia que são



Assembleia de Freguesia de Caldelas

as pessoas que têm contacto com os fregueses, com os munícipes, e criam situações que, às vezes, é muito difícil programar e, às vezes, temos que fazer as anotações. Pronto, mas em primeiro lugar queria dizer que a Junta de Freguesia com aquela ressalva que o senhor Presidente fez, mas ele fez aqui um trabalho demorado, um trabalho que tentou abranger todas as situações que aparecem nos cemitérios, um trabalho difícil porque por causa, exatamente, da segurança que deve de prevalecer na decisão destes casos, porque, pode acontecer facilmente seguirem todos estes procedimentos, terem todos estes cuidados, e não deixarem de haver problemas. Porque as situações são tão, tão diferentes e tão extensas e tão heterogéneas que é difícil, mesmo quase impossível, prever no quadro do regulamento todas as situações. Eu só queria, e porque fizemos uma reunião anterior, e eu sei que nós tivemos esses problemas quando tivemos a Junta de Freguesia, eu agora estou-me a lembrar de uma sepultura que está lá muita gente, de muitos ramos diferentes, embora haja ali alguma conexão de algum ramo, de algum parentesco, mas era pessoas tão diferentes de famílias, atualmente, tão diferentes o jazigo já tem umas dezenas de anos que eu acho que era quase impossível com uma regra resolver o problema. E, não conseguimos resolvê-lo porque também passava um bocado por a sensibilidade das pessoas, porque havia muitas famílias, que tinham lá entes queridos sepultados e era um problema arranjar uma norma para resolver este problema. E não conseguimos resolvê-lo, não tanto pela nossa falta de disponibilidade, mas, também, porque as pessoas que tinham lá os entes queridos sepultados também não manifestaram abertura para isso. ---

E, agora senhor Presidente, permita-me só esta pequena crítica, que pode ser objeto de aperfeiçoamento se assim o quiser, e isto sem beliscar em nada a proposta que nos fazem, é que em quase todas as situações aqui descritas exigem uma escritura pública de habilitação de herdeiros ora, nós sabemos que há muita gente que tem um pai numa sepultura, mas é um filho único, agora também a lei obriga que depois da morte os herdeiros façam a participação fiscal do óbito e dos bens. Essa participação fiscal tem algum valor, embora não tenha um valor equivalente à escritura de habilitação de herdeiros tem algum valor indicativo e, eu acho que nessas situações, em que as famílias estão cada vez mais pequenas, obrigarem as pessoas a gastarem, não sei depende de notário os preços são livres, obrigarem a gastarem dinheiro numa habilitação de herdeiros só por causa de uma concessão de uma sepultura quando se é filho único, e cada vez mais



Assembleia de Freguesia de Caldelas

nós temos de pensar no futuro das famílias que, cada vez mais, são mais pequenas, quando são aos dez e aos vinte, aquilo distribuído por todos o custo não é, mas num futuro pode acontecer isto e, portanto, a minha sugestão senhor Presidente, é que assegurando a segurança necessária a estas situações, respeitando a sensibilidade das pessoas envolvidas se pudessem aligeirar isto para, em casos concretos, prescindirem da habilitação de herdeiros acho que não estaríamos a violar o espírito e a letra do regulamento, e principalmente, as finalidades que se querem entender. Obrigado.” -----

Por seu turno, o senhor Deputado João Manuel Ribeiro, considerando o assunto sensível e complexo, mas que necessita ser um assunto claro e transparente, de forma às pessoas conseguirem regularizar estas situações: -----

“Em boa hora a Junta de Freguesia elaborou este trabalho, que como foi afirmado, é um trabalho técnico e jurídico, que merece a concordância da bancada do PS.” Pela intervenção do Deputado Manuel Ribeiro, é de parecer que talvez fosse de retirar a Proposta e criar uma Comissão para melhor estudar o assunto. -----

O senhor Presidente da Junta respondeu às questões colocadas. Disse: -----

“Primeiro agradecer, já tinha sido assim na reunião que tivemos, e agradecer a forma como, nem se devia de dizer isto, mas é assim, a forma honesta como se tratou o tema, porque é mesmo disso que se trata. É normal, não quer dizer que das outras vezes seja desonesto, mas deixe-me salientar a forma honesta porque é de facto uma questão complicada. Para nós, respondendo ao senhor Deputado João Ribeiro, gostávamos de ter a unanimidade da votação. Ficávamos confortáveis com a unanimidade da votação. Já falei aqui com a Dra. Rosa, da nossa parte a escritura da habilitação de herdeiros era uma das questões que se nos colocava na reunião que tivemos que é como a Junta de Freguesia quando alguém se apresenta lá consegue ter conhecimento de quem é são os herdeiros, não é, para se estabelecer o trato sucessivo. Com o modelo fiscal, que diz que fica assegurado, da nossa parte não há inconveniente, pelo contrário, concordámos que seja retirado porque é, significa também uma poupança. Ficam de fora apenas, os casos em que ainda não vigora ainda a obrigação de entrega do modelo fiscal – Dra. Rosa confirma que a entrega do modelo fiscal foi sempre obrigatória. Se foi sempre obrigatório, na nossa parte podemos alterar, se concordarem, nós concordamos em alterar a proposta, acrescentando a proposta do PSD.(...) Portanto, no artigo 45 n° 2 alínea b onde se lê



Assembleia de Freguesia de Caldelas

escritura de habilitação de herdeiros, acrescentaríamos habilitação de herdeiros ou participação fiscal do óbito e depois, no artigo 45 n.º3 alínea a acrescentar a habilitação de herdeiros ou participação fiscal do óbito e no artigo 46 n.º4 b a acrescentar a habilitação de herdeiros ou participação fiscal do óbito.” -----

O Presidente da Mesa questionou os Deputados se tinham estado atentos às alterações propostas de forma às mesmas serem votadas, mas disse que, antes, queria colocar uma questão. -----

Gerou-se uma troca de impressões entre a Mesa, a Junta e as Bancadas, de difícil transcrição e o Presidente da Mesa colocou a seguinte questão: -----

“Há casos, não sei se são muitos ou poucos, de pessoas comprarem uma capelinha e foi lá depositado no ano 1900 ou antes. Posteriormente isso, foram para lá pessoas que não tinham nada a ver com o proprietário, foi para lá o pai, o filho, o filho... E a questão é está: se as pessoas que têm lá familiares, como se falava aí, não têm maneira nenhuma de comprovar que o concessionário os deixou ir para lá. Certo. Temos que, ora bem, se ele foi é porque alguém o deixou, se calhar pensasse assim, não temos nada que prove isso, isso vai permitir que as pessoas que têm lá gente sepultada possam pedir o registo da concessão?” -----

O senhor Presidente da Junta respondeu: -----

“Nesses casos, ou seja, alguém que diz que recebeu aquilo em vida por doação ou assim, é o caso, aconteceu de facto, mas não foi formalizado o requerente, aquele que tem interesse, deve de apresentar certidão de óbito do primitivo concessionário, quando exista e for possível, a habilitação de herdeiros ou a tal participação fiscal, para quê, para estabelecer o traço sucessivo quando exista e for possível, declaração de consentimentos dos herdeiros legítimos do primeiro concessionário onde houve averbamento em função em nome do requerente, vamos imaginar que se estabelece um traço sucessivo ele era meu, há dos meus filhos e há os meus netos mas é o senhor que quer inscrever. Para eu autorizar, se souberem que eu já morri, têm de ir ver quem são os meus herdeiros, e os meus herdeiros têm de autorizar o averbamento em seu nome. Quando não for possível apresentar os documentos referidos anteriores, o requerente deve de apresentar evidências de que a transmissão ocorreu com autorização ou sem oposição do concessionário primitivo e o que nós entendemos o que com ou sem autorização? É o senhor sepultou lá

**Assembleia de Freguesia de Caldelas**

alguém não terá feito à revelia do concessionário, a minha revelia, se sepultou alguém da sua família numa campa que era minha é porque nos autorizamos ou porque nós não nos opusemos, e com autorização da Junta de Freguesia, se o senhor sepultou lá alguém é porque Junta de Freguesia autorizou. Mas, mesmo assim, devem de apresentar evidência que se encontra sepultado no jazigo ou concessão familiar direto que o habilita ao averbamento e respetivo traço sucessivo, ou seja, tem que haver alguma coisa que o ligue aquela concessão, não pode ser agora o senhor chega, a concessão era minha, e não tem lá sepultado ninguém e disse: “ah o fulano tal deu-me. E porque a concessão é sua? O senhor não tem lá ninguém. Ah! Porque é minha. Não, a concessão é minha porque tenho lá os meus avos, os meus pais...” -----

Obrigatoriamente, a declaração de duas testemunhas sobre a posse efetiva do jazigo ou sepultura, ou seja, dizer assim, “não, não fulano de tal é possuidor e cuida a sepultura à não sei quantos anos”. E três, de forma facultativa porque não é possível aplicar em todos, o comprovativo de pagamento do imposto de SISA, que era uma coisa que havia até 90, 98, por aí, e essa forma, também é uma forma de fazer prova de que a pessoa pagou aquele imposto. -----

Isto para dizer o quê? Para dizer que nós criamos regras, para que elas sejam claras e a Junta de Freguesia possa dizer sim ou possa dizer não, mas quero dar conta de que as regras não são, para quem de as demonstrar não vai ser nada fácil” -----

Colocado o ponto a votação foi aprovado, por unanimidade. -----

Terminada a votação o Presidente da Mesa disse que nos termos do Regimento a Assembleia deve terminar. Esclarece que “a Assembleia é soberana para prolongar o tempo” pelo que pôs à consideração da mesma se termina ou pretendem continuar. -----

Por unanimidade a Assembleia delibera continuar a sessão, passado ao ponto doze. -----

Ponto doze - Apresentação, discussão e votação de proposta de reversão do acordo firmado pela Junta de Freguesia de Caldelas em 1997 relativo ao Caminho do Canto. 01.19’20” -----

O senhor Presidente da Junta apresentou a proposta. -----

“Sobre esta matéria, importa dizer o seguinte: a primeira questão é que, e que acho que é a mais relevante, a Viela do Canto, como o nome diz, viela teve desde há



Assembleia de Freguesia de Caldelas

muitos anos uma função de uso público, ou seja, era um arruamento que estabelecia a ligação entre o centro cívico, uma fonte, que existia, e que depois, por sua vez, seguia o seu curso até à margem da Ribeira da Canhota atravessando-a para o lado de lá, portanto, também de acesso aquela zona ribeirinha. Tanto quanto nós conseguimos apurar, nos registos documentais da Junta de Freguesia, até 1997 foi utilizada dessa forma. Nesse ano, a Junta de Freguesia, por deliberação da Assembleia de Freguesia, cedeu parte da viela e recebeu em troca a restante parte alargada e empedrada com calçada portuguesa. Portanto, foi por deliberação da Assembleia de Freguesia que essa troca, vamos chamá-la assim, aconteceu. Nessa reunião de Assembleia de Freguesia, a decisão foi contestada por pelo menos um dos membros, tanto quanto eu sei, não, foi por mais membros, embora tenha sido aprovada com por maioria. Também houve um membro do público, senhor Oliveira, se manifestou contra o negócio e, mais tarde, há relatos de que diversos cidadãos se manifestaram contra essa decisão. A verdade é que, desde 97 até agora, nunca foi possível restabelecer esse caminho e, sendo uma aspiração antiga, e que me parece que desde que se retomou a ligação da comunidade ao rio, eu devo dizer que nós tivemos durante muitos anos de costas voltadas para o rio, talvez nunca como hoje aquele arruamento faça sentido, o restabelecimento daquele arruamento fizesse sentido. Nós procuramos obter uma análise jurídica do problema, porque apesar de ser uma vontade da Junta de Freguesia, entendemos que pela sua sensibilidade mereceria sustentação jurídica. Entendemos, também, que é um assunto que por ter sido deliberado na Assembleia de Freguesia deve ser histórico, eventualmente, revogar, a reverter digamos assim, a decisão que tomou, não tenho para mim que seja absolutamente obrigatório, mas tendo sido a Assembleia de Freguesia o órgão que legitimou o acordo, entende-se que a reversão desse acordo deve ser deliberada pelo mesmo órgão que o determinou e por maioria de razão, atendendo aquilo que é a análise jurídica feita pelo gabinete de advogados que nós consultamos, e explicarei porquê, ..., também defendemos que esta discussão seja feita aqui e que a futura ação que a Junta de Freguesia venha a tomar depende da discussão que aqui fizermos e da deliberação que aqui tomarmos. Portanto, aquilo que a Junta de Freguesia diz, tem aqui como proposta, para que se leia é que a Junta de Freguesia solicita à Assembleia de Freguesia que se pronuncia e delibere se é sua, da assembleia, intenção reverter o negócio firmado em 1997 e se é intenção da



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Assembleia de Freguesia determinar à Junta de Freguesia avançar com a ação judicial com vista a reabertura do caminho do Canto. Esta é a proposta. Que aspetos de pormenor devem ser salientados: primeiro a análise jurídica diz que, não obstante, remete-nos para o cariz público da viela. Acho que nunca ninguém pôs em causa que se trata de uma viela pública, portanto, do domínio público. Salienta que o acordo que foi firmado entre a Junta de Freguesia, por deliberação da Assembleia de Freguesia no ano de 1997, de ceder parte da viela e em troca receber parte devidamente alargada e empedrada com calçada portuguesa foi cumprido por ambas as partes. Ou seja, a Junta de Freguesia cumpriu, cedeu o caminho, o particular cumpriu porque procedeu ao alargamento e ao empedramento da calçada portuguesa, o que aparentemente os documentos nos dizem, que para o efeito suportou as obras de alargamento até a fonte existente e fechou parte superior da viela integrando-a no prédio que era proprietário fazendo uso da mesma, publicamente, sem prestar conta a ninguém até à atualidade. Mas o entendimento da análise jurídica que nos é feita é que, o negócio que é feito em 97 não era válido e que nessa medida ainda é possível intentar uma ação de revindicação reclamando a natureza pública do caminho correndo, embora, o risco de se discutir para além da natureza do caminho as obras realizadas e os danos causados ao particular com a reversão do acordo firmado. E é este pequeno parágrafo, para além da questão substantiva, que determina que a Junta de Freguesia solicite que a Assembleia se pronuncie quanto à intenção de reverter o negócio firmado e a determinação à Junta de avançar com ação judicial, porquê, porque sendo uma ação judicial que não prejudica a possibilidade da Junta de Freguesia se reunir com o atual proprietário e tentar explicar aquilo que a análise jurídica aqui nos determina, há sempre a possibilidade de chegar a um entendimento de boa-fé, num acordo prévio, na impossibilidade de se ter esse acordo e a Assembleia de Freguesia determinar que a Junta avance com a ação de revindicação, a ação de revindicação seguramente será discutida para além deste mandato. E para além de ser uma ação que seguramente será discutida para além deste mandato, é também uma ação que pode representar a injunção de obrigações que patrimonialmente afetam positivamente a Junta, mas também que podem afetar designadamente o direito a que as obras que foram realizadas, pelo menos, possam vir a ser ressarcidas. E, portanto, acho que é dever da Junta de Freguesia dar conta disso à assembleia como está na proposta para que a Assembleia também possa chegar



Assembleia de Freguesia de Caldelas

aqui a um compromisso firme e para que a Junta de Freguesia esteja também suportada nesse compromisso.” -----

Após a apresentação inscreveram-se os Deputados Constantino João Quintas Veiga, João Manuel Fernandes Silva Ribeiro e Manuel José Araújo Ribeiro. -----

O Deputado Constantino Veiga disse: -----

“Senhor Presidente vou começar assim, o senhor não está a contar tudo. Não está a contar tudo. Era preferível que o senhor viesse aqui e dissesse assim: a Junta de Freguesia quer comprar o edifício que está ao lado. E depois falávamos no resto. O senhor não me vai levar por lorpa, ponto. Nos meus mandatos, um deles, creio que foi em 2009, nós quisemos fazer exatamente aquilo que o senhor quer fazer e, da parte da bancado do PS, tivemos zero. E ainda lhe vou dizer mais, em 2005 antes das eleições que fizeram com que eu fosse presidente, eu fui chamado ainda antes das eleições, fui chamado ao meu gabinete com os proprietários da Quinta do Canto a dizer que o Engenheiro Remísio estava lá com o proprietário da discoteca a pavimentar o caminho que tinha acordado, ou que tinha sido acordado em Assembleia de Freguesia. A verdade é que pavimentou até onde pode, não fez mais nada, porque não podia tinha lá muro, daí para cá o que é que se fez? Zero. Eu pedi esclarecimentos à Câmara Municipal e, provavelmente no arquivo da Junta de Freguesia deve ter a resposta da Câmara Municipal. A verdade é que o vosso comportamento também não teve aquilo que nós gostaríamos tivesse senhor Presidente, o senhor foi convidado a votar no caminho da Igreja Velha ligação até à rua do Sorrego, teve zero e foi o senhor o culpado.

O senhor não quis alargar o caminho porque do outro lado o proprietário cedeu terreno para alargar o caminho e o senhor fez zero. Preferiu ter o voto do proprietário, que infelizmente morreu há pouco tempo. Percebe senhor Presidente. Agora esquecendo isto, o que lhe devo dizer é o seguinte, o senhor. devesse dirigir a esta Assembleia, a todos os membros e a todas as pessoas que aqui estão a falar sério. Percebe. Portanto, o edifício é de facto um edifício interessante. A Junta de Freguesia já manifestou interesse em comprá-lo, foi o senhor que disse, e é verdade está escrito no vosso programa. Porquê que não fala nesta maneira? Agora está com esta coisa toda senhor Presidente. Fale direito. Nós temos todo o interesse que a freguesia tenha desenvolvimento. Agora o senhor não está a falar a verdade.” -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Seguiu-se a intervenção do Deputado João Manuel Ribeiro, que por sua vez cedeu à Mesa: -----

“Devolver a Viela do Canto é uma reivindicação antiga dos taipenses e foi um dos compromissos assumidos pela lista de candidatos do Partido Socialista aos eleitores nas últimas eleições autárquicas. -----

Podem-se questionar os membros desta assembleia que existe uma mudança de posição, que há 25 anos aprovou a resolução do caminho, mas como podemos ver nas atas a posição, apesar de aprovada, não foi unânime entre os membros que compunham a Assembleia de Freguesia de então. E este foi um assunto que teve continuidade em sede de assembleia de freguesia, quer pelos seus membros, quer por diversos cidadãos. -----

As decisões são tomadas num determinado contexto que não nos cabe a nós avaliá-las nesse contexto e volvidos 25 anos, cabe-nos acima de tudo defender o interesse público, defender os taipenses. -----

E entende o Partido Socialista que este é um acesso a um local histórico, e é também um acesso que pode aproximar ainda mais a zona central da vila da zona ribeirinha. -----

Esperamos assim que esta situação mereça o apoio de todos os partidos políticos presentes pois só assim poderá ganhar força para que a Junta de Freguesia tenha legitimidade de avançar com o procedimento legal de intentar uma ação de reivindicação, reclamando a natureza pública do caminho. É este o trabalho (...) e é essa a posição do Partido Socialista.” -----

O senhor Deputado Manuel Ribeiro na sua intervenção disse: -----

“Mais um assunto difícil que vem Assembleia de Freguesia discutir e difícil porque, como disse o senhor Presidente foi decidido em Assembleia de Freguesia em 1997. Isso foi em 1997, e eu lembro-me quem estava no poder, com a maioria absoluta, era o PS e, portanto, foi o PS que eliminou a Viela do Canto como caminho público e a entregou a um particular. Não falo mais nada. Simples e direto é isto. O PS em 1997, com maioria absoluta repito, entregou a Viela do Canto a um particular. O problema é que entregou e não foi uma entrega gratuita, foi uma entrega com contrapartidas, foi um negócio, isto é o particular teve de gastar o dinheiro para poder fechar a viela do canto e ter ali um espaço privado para o seu negócio. O problema disto é o seguinte, senhor



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Presidente, já agora também e ao bocado não referiu e disse que o negócio não era válido, negócio estre aspas, o negócio jurídico não era válido, mas não adiantou os fundamentos dessa invalidade e eu gostaria de ter alguma luz sobre os fundamentos dessa invalidade. Não sei se o grande argumento será a indisponibilidade do que é caminho público. Nós sabemos que, atualmente, as entidades administrativas quando querem ter disponibilidade de bem de domínio público pedem à Assembleia, que é o órgão deliberativo, de que o passe para domínio privado dessa entidade e depois, já o podem negociar. Isto é, já o pode negociar como se fosse um privado. Aqui não aconteceu isso, parece-me que não aconteceu isso, mas poderia ter acontecido, como acontece muitas vezes, pelo menos pela parte da Câmara Municipal. O problema é este, nós podemos estar aqui a decidir a reversão, muito bem, e a Junta de Freguesia até vai meter a ação, mas esta ação num tribunal administrativo, se isto continuar assim, se não houver uma reforma principalmente no número de juízes nos tribunais administrativos, esta ação vai durar este mandato, o mandato que vem e não sei se termina no mandato que já nós não podemos prever, não é, isto é uma ação para demorar 10 anos e eu pergunto assim, o domínio público e os interesses de um particular podem conter esta alarmidade, este escândalo? O problema é este, é altura do PS assumir, em termos políticos este grande erro. Eu acho que poderemos, eventualmente, eu agora vou colocar a hipótese porque isto, como todas as discussões, é tudo muito relativo (...) e podemos estar aqui a criar um problema ainda muito maior, imaginemos que o homem dizia “não eu gastei aqui, há 27 anos, gastei aqui 10.000 contos mas esse dinheiro atualizado hoje são 250.000,00€ e, portanto, é 250.000,00€ que a Junta de Freguesia tem de nos pagar se quiser a reversão do terreno. Porquê? Porque quando um negócio é válido dizemos que sofre nulidade e, na nulidade as partes tem de restituir tudo o eu foi prestado. E neste caso, teria de ser o valor atualizado. Eu não sei se realmente esta disposição, que já vi que é do PS em reverter este negócio, eu agora vou utilizar uma palavra, que o PS gostava de utilizar, negócio ruinoso para o domínio público, é a melhor solução. Eu sinceramente não tenho essa certeza. E, portanto, parece-me que a proposta da Junta de Freguesia é um bocado delicada, desde já, eu acho que nós devemos de pensar neste assunto, pensar nas consequências. A pergunta é esta. Imaginemos que o tribunal: sim senhora, admite-se a reversão, mas a Junta de Freguesia tem de pagar 250.000,00€. É o orçamento de um ano de uma freguesia.



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Isto é confortável, não é confortável? Não sei. Agora, e a outra parte? Pergunto, e se nós estivéssemos na outra parte? E se estivéssemos outro lado, no lugar do outro? Ao fim de 27 anos vir um conjunto de cidadãos, que é assim que as pessoas olham para nós, anular um negócio. Mas o que é isto? Isto não é abuso de direito, mesmo sendo um negócio inválido, não pode ser considerado um abuso de direito? Porque isto viola completamente os ditames da boa-fé que também preside ao direito administrativo, que é o comportamento correto, cordial e honesto, o que nós ao fazermos isto parece que estamos a defraudar a obrigatoriedade das entidades públicas se conformar com esse comportamento. Nós estamos a dizer, ao fazermos isto, isto foi uma reflexão, que o pessoal de 1997 nem foi correto, nem leal, nem honesto, mas digo alto. Foram desonestos e, isto tem uma cor política, isto tem responsável, isto tem pessoas que se passeiam aí nas ruas como se fossem os maiores, como se fossem as pessoas mais impunes do mundo. Eu acho que, levantar este problema agora, a sério, por muito que se defenda o domínio público mas há limites, e esses limites éticos que eu queria trazer para a discussão, a Junta de Freguesia, os membros da Assembleia de Freguesia e para o público em geral, porque tudo tem um tempo, tudo tem um timing, e talvez não devamos tomar decisões precipitadas.” -----

Terminada a intervenção e antes de passar a palavra ao Presidente da Junta o Presidente da Assembleia, disse que gostaria de intervir. Disse: -----

“Com o devido respeito por todos os presentes, eu ando nas Assembleias de Freguesia, desse lado, há 50 anos ou há 40 anos, e assisti a este episódio que estamos agora aqui a falar. Nem tudo o que o senhor Deputado Manuel Ribeiro está a dizer é verdade. Senhor Deputado não se ria quando eu acabar de falar vai perceber. Como é que começa, e os senhores não sabem, vamos ver como é que começa o fechamento ou o fecho daquela viela do Canto. A viela do Canto, teve essa designação há relativamente poucos anos, porque era o lugar do canto, era o Canto de baixo, quanto de Cima, quanto do Meio, era tudo Canto. E aquela viela estava enquadrada entre o Canto de cima e o Canto do Meio, que mais tarde o senhor Serra fez ali aquele prédio, no canto do meio, fez ali aquele prédio e fez uma fábrica de solas na parte de trás do prédio. Com o decorrer dos tempos o senhor Fernando da Piedade Serra, ou a Firma que era dele e não sei qual é o nome, começou a deitar restos de solas dos sapatos para o caminho e o caminho



Assembleia de Freguesia de Caldelas

começou a ficar de difícil circulação. Para chegar à fonte do Canto, inquinada, já na altura era difícil e para chegar lá baixo ao Ribeiro da Canhota difícil era. Posteriormente, não satisfeito com o começar a deitar entulho para o meio da rua, começou a por tijoleira desde a entrada até a entrada da casa dele. E numa Assembleia de Freguesia, dos anos do antanho, eu na minha qualidade de presente na Assembleia perguntei à Junta de Freguesia, presidida pelo senhor Francisco Pires da Costa e Silva, perguntei porque é que estava a ser empedrado um caminho público, trabalho feito pelo um particular. O que me foi respondido na altura, não sei se está em ata, é capaz de não estar (...) foi: ainda bem está a arranjar uma coisa que é nossa. Passados anos, o proprietário pôs um portão de madeira, na Avenida superior da República a tapar o acesso lá para baixo. Numa discussão da Assembleia de Freguesia, o deputado Ernesto Martinho quando tentaram que fosse cedido o terreno ao homem, porque ele, por coação, não sei se o termo técnico é assim, fechou ele é que fechou o caminho, o caminho foi fechado com portão de madeira e com cadeado, sem ter negociado, nem a Junta de Freguesia nem a Assembleia de Freguesia se tinham pronunciado o assunto. Quando fechou o caminho, foi discutido na Assembleia de Freguesia o Ernesto Martinho propôs e o senhor Manuel Marques foi contra, e foi das pessoas que mais barulho fez, Manuel Sousa Marques, não Manuel Marques Marquesinho, eleito pela UD, o senhor Manuel Marques do CDS, foi dos que fez mais barulho porque o Ernesto pedia, pelo menos, que deixe um caminho para nós passarmos e irmos à Fonte. E então, porque o caminho já estava fechado, não se conseguia libertar daquilo, uma Junta de Freguesia e isso diz o senhor, eu não sei mas acredito que o seja, o Presidente Engenheiro Remisio tentou fazer o negócio aprovar na Assembleia de Freguesia, já que não podemos usar o caminho ao menos, como se dizia na altura, ele que arranje o caminho desde o ribeirinho até à Fonte do Canto, para nós podermos ir à Fonte do Canto. Ao contrário do que disse a senhora Doutora Advogada, o parecer que está aí, ele não alargou o caminho o caminho, o caminho pertencia ao Canto de Baixo e o Canto de Baixo não ia dar terreno. Ele pôs o empedrado da calçada portuguesa dali, não foi alargado o caminho, dali até à Fonte do campo. Isto são os factos.” -----

A terminar disse que não sabia, concretamente, a quem se poderia imputar “as culpas” mas que “não podemos é estar a tirar coisas para o ar sem o mínimo de



Assembleia de Freguesia de Caldelas

credibilidade. Aquilo, o negócio senhor Deputado, foi feito por ser um mal menor. Estava fechado aquilo e a Junta não teve poder para abrir e depois negociou aquela parte.” -----

Terminou a intervenção e deu a palavra ao Presidente da Junta, que começou por afirmar: -----

“Então muito obrigado, A primeira coisa é dizer o seguinte, o Miguel Torga dizia muito: não interessa chegar interessa é sair, não é? Para chegar ao fim do caminho tem de começar a andar de alguma forma e, portanto, eu acho que só o simples facto de a Junta de Freguesia e aqui, quero saber o agradecimento ao senhor Oliveira que foi ele que fez o trabalho de pesquisa exaustiva de todas as atas da Assembleia de Freguesia até 2017, quer-se dizer eu posso ter muitos defeitos mas procuro sustentar as posições que tenho em factos, não venho para aqui e digo meia dúzia de atoardas e faço que as coisas que não existiam passem a existir, é um defeito que eu tenho, pronto. Para que fique claro senhor Deputado Constantino Veiga, não há nenhuma ata da Assembleia de Freguesia onde se fale do caminho do canto, a última foi em 2003, ok, não há nenhuma, portanto o Luís Soares quando era membro da Assembleia de Freguesia nunca se pronunciou sobre este assunto”. Perante observação do Deputado citado, continuou “Ó senhor Deputado é assim, mas olhe, eu faço-lhe um desafio, o senhor vai lá à Junta de Freguesia, faz o mesmo trabalho que o senhor Oliveira fez, vai lá cinco ou seis dias (...) é a favor da Freguesia (...) e depois traz-me a ata onde o Deputado diz o que disse, que manifestou, toda essa matéria depois de 1997. Estamos (...) quanto a isso e quanto à responsabilidade e que cada um ... Na resenha que nós fizemos, tem todas as atas e eu acredito no trabalho que o senhor Oliveira fez e, se eventualmente, faltar alguma coisa depois de 1997 não é propositado. Estão todas as atas onde se fala deste assunto. Todas ok, para que isto fique claro. Não há quem fez tudo e quem não fez nada. O que existe e o que foi feito está aqui. Depois, segunda questão, o deputado João Ribeiro disse uma coisa que tem toda a razão, que é assim, voltamos à questão da culpa, eu acho que é muito injusto que nós avaliemos uma determinada decisão que foi tomada há 20 anos, à luz daquilo que é hoje e o senhor Oliveira acabou por demonstrar coisas que eu não sabia, que não estavam em ata, foi vivido pelo próprio, quer dizer a pertinência daquele caminho hoje certamente é diferente daquela que existia na época, certo. E o facto de ele ter sido pouco utilizado, deve-se a uma situação que foi acumulando há muitos muitos anos. Eu toda a vida ouvi a dizer, toda



Assembleia de Freguesia de Caldelas

vida ouvi a dizer, que aquele caminho foi encerrado no tempo do Professor Costa e Silva e eu acho que as pessoas têm direito ao bom nome”. -----

Disse não ser do seu interesse saber em que tempo e quem autorizou o encerramento da Viela, “interessa-me saber se ele é útil agora, então vamos procurar resolver o problema e fazer o que estiver no nosso alcance para resolver o problema. Se pelo meio, nós conseguirmos reparar o bom nome das pessoas melhor ainda. Não interessa aqui saber se é ou se não. Agora aspetos práticos: portanto, e ainda para mais, ficou bem claro onde é que isto começou e depois ficou bem claro que desde 2003 até 2024 que é quando nós estamos, passaram 20 anos. O caminho para chegar ao fim, podia ter sido iniciado em 2005, ou em 2009, ou em 2013, ou em 2017, também me incluo aqui. Mas não foi. Foi começado agora. E ainda bem que foi começado. Pelo menos que se consiga uma discussão séria sobre este assunto. Vamos lá então à parte mais importante e substantiva. A intervenção do Dr. Manuel Ribeiro foi uma intervenção nesta parte que eu agora vou falar é útil, e eu disse-o está é uma questão que se for para uma ação de reivindicação judicial vai demorar 5, 10, 15 anos. É bom que nós tenhamos isso em conta, não tenhamos dúvidas”. Depois de um aparte continuou assumindo que “todos nós sabemos que é uma ação que se vai arrastar e também disse que isto tem impactos patrimoniais, não sei se são 250.000,00€ estamos a falar num alargamento de caminho, não faço ideia, nem quero arriscar nenhum valor, pode acontecer isso, quando vale este caminho, não sei. Ele é útil para a nossa comunidade ou não é. Vale a pena nós batermos por ele ou não vale? -----

Última questão que é a questão do, depreendi que da parte do PSD ao contrário do que aconteceu 1997 hoje manter a questão como está já não é ruinoso, é melhor manter como está, pode ser mais ruinoso mexer no caminho é essa a posição do PSD hoje. Última questão que para mim é a mais sensível, e eu até nem a coloquei na proposta para não enfraquecer a posição da Junta de Freguesia, mas já que o Senhor tocou nela e ela já está enfraquecida porque o senhor tocou nela, porque depois tudo o que estamos aqui a dizer vai constar como elementos de prova no processo, é bom ter em conta que há de facto aqui uma questão de boa-fé. A Assembleia de Freguesia fez um negócio, certo? E agora o que está a vir invocar é que o negócio que fez, não podia ter feito naqueles termos. Aparentemente, o senhor Oliveira agora diz que não, mas aparentemente a outra



Assembleia de Freguesia de Caldelas

contraparte cumpriu com a parte que lhe cabia e agora a pergunta é: nós podemos vir aqui invocar a nulidade do contrato sem que seja posta em causa a boa-fé da junta de freguesia e de quem estava lá na altura? É uma questão. Eu pensei também sobre isso. E também digo qual é a minha posição, eu acho que posso. Se de facto o negócio é nulo, posso. Posso como? Desde que a Junta depois cumpra, e o tribunal dê a razão à Junta de Freguesia, cumpra com o ressarcimento. Agora, uma última nota, que o Dr. Manuel Ribeiro disse. Isto não é uma coisa para não pensarem quem fez isto são uns demónios. Isto é uma coisa que se podia ter feito. Não o fizeram é observando, admito eu, também não conheço a lei, mas observando o que porventura a lei determinaria. Coisas destas fazem-se a miúdo, de norte a sul do país, mas fazem-se com determinados procedimentos e, por isso, é que existem essas regras e elas devem ser cumpridas. Agora confesso que por parte da Junta de Freguesia a nossa posição é que nos devemos debater pela reabertura do caminho, mas, também só o faremos num quadro de estabilidade e de compromisso que seja perdurável para além daquilo que estamos aqui a fazer.” -----

Falou de mais um pormenor e terminou dizendo que “estamos disponíveis para fundamentar melhor a proposta.” -----

O Presidente da Assembleia ainda acrescentou mais um “pormenor. Os proprietários da Casa do Canto de Cima, como não viviam cá, vinham cá de vez em quando, têm uma entrada para pessoas, naquele caminho e ao fundo a 15 metros do início tem uma entrada para carros de bois e para carros que foram obstruídas. Até isso foi tapado.” -----

Terminado foi dada a palavra ao Deputado Manuel Ribeiro, que manifestou interesse em contrainterrogar. Disse: -----

“Senhor Presidente, sabe que a minha intervenção assentou a partir da exposição do senhor Presidente da Junta de Freguesia fez a Assembleia. Falou-nos numa deliberação da Assembleia de Freguesia e da contrapartida. Agora quem viveu o antes, o durante e o depois, não fui eu, o senhor Presidente esteve lá, às tantas se tivesse dado esta explicação, contextualizávamos melhor isto. Mas uma coisa é certa, se é mentira se não é, foi a partir da exposição do senhor Presidente da Junta de Freguesia que eu fiz a minha intervenção e depois pedi ao senhor Presidente da Junta para adiantar alguns dos fundamentos da invalidade apontada a esta (...) jurídica, não vamos chamar negócio jurídico.” -----



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Questionou diretamente o Presidente da Junta sobre aspetos que poderiam não estar relatados ao que este respondeu, que todos os elementos que tinham foram expostos, pelo que o Deputado disse achar que “isto é muito pouco para nós nos decidirmos, com toda a honestidade, mandar a batata quente para os membros da Assembleia para decidir uma questão dessas acho que é um bocado prematuro, acho que devemos dormir sobre o assunto.” -----

Respondeu o Presidente da Junta: -----

“Não é batata quente. Eu expliquei porque veio à Assembleia. Veio à Assembleia porque foi o órgão que tomou a decisão, porque é uma decisão que tem impacto, futuro, tanto financeiro como do ponto de vista da ação judicial. Para nós o mais fácil era não ter inscrito aquilo no programa eleitoral, era não estar a pôr em causa uma decisão que também foi tomada por deputados eleitos pelo PS, por uma Junta de Freguesia que era maioritariamente constituída pelo PS, apesar da resenha história feita pelo senhor Oliveira. Agora, com o devido respeito, acho que a nossa obrigação, enquanto representantes eleitos pelas pessoas à data de hoje, é perceber se o caminho interessa ou não interessa. Em função desse interesse, até onde estamos disponíveis para ir. Que hipótese que nos temos que restituir essa situação. É isso que estamos aqui a debater. Acho que é a nossa obrigação.” -----

O Deputado Manuel Ribeiro interveio dizendo que a Bancada do PSD necessitava de mais tempo para refletir sobre o assunto ao que o Presidente da Junta foi anuindo. Entretanto um cidadão perguntou se poderia colocar uma pergunta ao que o Presidente da Assembleia disse que não era momento de o público intervir. -----

Entretanto foi colocada a votação a proposta de “Suspensão deste ponto até à próxima Assembleia”, que deu o seguinte resultado: -----

Aprovada por maioria, com onze votos a favor e o voto contra da Deputado do PSD Constantino João Quintas Veiga. -----

Terminada a votação o Presidente da Mesa propôs a aprovação da Ata em minuta, a qual ninguém se opondo foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembleia da qual foi lavrada a presente ata, que será enviada aos membros da Assembleia, junto com a documentação a submeter na próxima Assembleia de Freguesia Ordinária e, nela, discutida e votada. ---



Assembleia de Freguesia de Caldelas

Sujeita a votação na Assembleia Ordinária de vinte e sete de junho do ano de dois mil vinte e quatro a mesma foi _____, tendo obtido os resultados seguintes: -----

Votos a Favor: _____

Votos Contra: _____

Abstenções: _____

A Mesa declara que o resultado da votação, bem como o sentido de voto de cada um dos parlamentares, foi escrito manualmente depois da votação, na Assembleia de Freguesia de _____ de _____ do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

Caldas das Taipas e Assembleia de Freguesia de Caldelas, _____ de _____ do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

O presidente: _____

A 1.ª secretária: _____

A 2.ª secretária: _____